



DIÁRIO

República Federativa do Brasil DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

ANO XLIV — Nº 25

QUARTA-FEIRA, 22 DE MARÇO DE 1989

BRASÍLIA — DF

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 — ATA DA 21ª SESSÃO, EM 21 DE MARÇO DE 1989

1.1 — ABERTURA

1.2 — EXPEDIENTE

1.2.1 — Mensagem do Senhor Presidente da República

— Nº 64/89 (nº 115/89, na origem), restituindo autógrafos de projeto de lei sancionado.

1.2.2 — Leitura de projetos

— Projeto de Lei do Senado nº 41/89, de autoria do Senador Ronan Tito, que dispõe sobre o exercício da profissão de Bacharel em Turismo e dá outras providências.

— Projeto de Lei do Senado nº 42/89, de autoria do Senador Irapuan Costa Júnior, que autoriza a obtenção da Carteira Nacional de Habitação de Motorista provisória por maiores de 16 anos.

— Projeto de Lei do Senado nº 43/89, de autoria do Senador Odacir Soares, que unifica a hora legal em todo o território nacional e revoga a Lei nº 2.784, de 18 de junho de 1913.

— Projeto de Lei do DF nº 6/89, de autoria do Senador Meira Filho, que autoriza o Governo do Distrito Federal a alienar os imóveis que especifica, e dá outras providências.

1.2.3 — Ofício da Liderança do PTB

— De substituição de membro na Comissão Parlamentar de Inquérito.

1.2.4 — Requerimento

— Nº 43/89, de autoria do Senador Mário Maia, solicitando que não seja realizada sessão do Senado nos dias 23 e 24 do corrente, nem haja expediente em sua Secretaria. *Aprovado.*

1.2.5 — Discurso do Expediente

SENADOR NEY MARANHÃO — Fundações Gilberto Freyre e Joaquim Nabuco.

SENADOR MAURO BENEVIDES — Liberação de verbas destinadas ao Serviço Unificado de Saúde — SÚDS.

SENADOR JUTAHY MAGALHÃES — Desmatamento das cabeceiras dos rios no Brasil. Relacionamento do Brasil com a comunidade financeira internacional.

1.2.6 — Requerimento

— Nº 44/89, de autoria do Senador Nelson Carneiro e outros Senadores, solicitando que o tempo destinado aos oradores do Expediente da sessão de 12 de abril do corrente ano, seja dedicado a homenagear a memória do ex-Senador Amaral Peixoto.

1.3 — ORDEM DO DIA

Veto total apostado ao Projeto de Lei do Senado nº 48, de 1987-DF, que introduz alterações no Código Tributário do Distrito Federal, instituído pelo Decreto-Lei nº 82, de 26 de dezembro de 1966, e dá outras providências. *Votação adiada por falta de quorum.*

Veto parcial apostado ao Projeto de Lei do DF nº 3, de 1988 que institui, no Distrito Federal, o imposto sobre vendas a varejo de combustíveis líquidos e gasosos, e dá outras providências. *Votação adiada por falta de quorum.*

Veto parcial apostado ao Projeto de Lei do DF nº 5, de 1988, que dispõe sobre os vencimentos dos conselheiros, auditores e membros do Ministério Público do Tribunal de Contas do Distrito Federal. *Votação adiada por falta de quorum.*

Projeto de Lei da Câmara nº 13, de 1985 (nº 3.413/80, na Casa de origem), que institui a obrigatoriedade de seguro, nos financiamentos de investimentos rurais, cobrindo o risco de morte ou invalidez permanente. *Votação adiada, por falta de quorum.*

Projeto de Lei da Câmara nº 105/85 (nº 2.569/76, na Casa de origem), que fixa a Capital da República como sede do Conselho Nacional de Desportos. *Votação adiada, por falta de quorum.*

— Projeto de Lei da Câmara nº 19/85 (nº 2.789/83, na Casa de origem), que dá o nome de "Guarulhos" ao aeroporto em construção no município paulista do mesmo nome e determina outras providências. *Discussão sobrestada para votação do Requerimento nº 42/89*

1.3.1 — Comunicação da Presidência

Prejudicialmente do Requerimento nº 44/89, lido no Expediente da presente sessão, em virtude da falta de quorum.

EXPEDIENTE
CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

PASSOS PÔRTO
Diretor-Geral do Senado Federal
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor Executivo
CESAR AUGUSTO JOSÉ DE SOUZA
Diretor Administrativo
LUIZ CARLOS DE BASTOS
Diretor Industrial
FLORIAN AUGUSTO COUTINHO MADRUGA
Diretor Adjunto

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

Impresso sob a responsabilidade da Mesa do Senado Federal

ASSINATURAS

Semestral NCz\$ 9,32

Exemplar Avulso NCz\$ 0,06

Tiragem: 2.200-exemplares.

1.3.2 — Discursos após a Ordem do Dia

SENADOR AUREO MELLO — Privatização da Empresa de Navegação da Amazônia — Enasa, e da Siderúrgica da Amazônia — Siderama.

SENADOR CID SABÓIA DE CARVALHO — Homenagem póstuma a Aurélio Buarque de Holanda.

SENADOR FRANCISCO ROLLEMBERG — Manipulação de substâncias químicas utilizadas na produção da cocaína.

SENADOR LOURIVAL BAPTISTA — I Congresso Internacional de Autismo.

1.3.3 — Designação da Ordem do Dia da próxima sessão

1.4 — ENCERRAMENTO

2 — Atos do Presidente do Senado Federal

— Nº 1/89 (republicação) e 58/89

3 — PORTARIA DO DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL

— Nº 7/89

4 — MESA DIRETORA

5 — LÍDERES E VICE-LÍDERES DE PARTIDOS

6 — COMPOSIÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES

Ata da 21ª Sessão, em 21 de março de 1989

3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 48ª Legislatura

Presidência dos Srs. Nelson Carneiro, Mendes Canale e Nabor Júnior

AS 14 HORAS E 30 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Mário Maia — Nabor Júnior — Leopoldo Peres — Aureo Mello — Odacir Soares — Jarbas Passarinho — Alexandre Costa — João Lobo — Hugo Napoleão — Afonso Sancho — Mauro Benevides — Lavoisier Maia — Marcondes Gadelha — Ney Maranhão — Francisco Rollemberg — Lourival Baptista — Jutahy Magalhães — Ruy Bacerlar — Gerson Camata — João Calmon — Nelson Carneiro — Ronan Tito — Iran Saraiva — Irapuan Costa Júnior — Meira Filho — Rachid Saldanha Derzi — Carlos Chiarelli — José Paulo Bisol.

O SR. PRESIDENTE (Mendes Canale) — A lista de presença acusa o comparecimento de 28 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O Sr. 1º-Secretário procederá à leitura do Expediente.

É lido o seguinte

EXPEDIENTE

Mensagem

DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Restituindo autógrafos de projeto de lei sancionado:

Nº 64/89 (nº 115/89, na origem), de 20 do corrente, referente ao projeto de lei nº 1, de 1989-CN, que autoriza o Poder Executivo a abrir créditos adicionais até o limite de NCz\$ 21.561.393.549,00 (vinte e um bilhões, quinhentos e sessenta e um milhões, trezentos e noventa e três mil, quinhentos e quarenta e nove cruzados novos) e dá outras providências. (Projeto que se transformou na Lei nº 7.742, de 20 de março de 1989.)

Projetos

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 41, DE 1989**

Dispõe sobre o exercício da profissão de Bacharel em Turismo e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O exercício, no País, da profissão de Bacharel em Turismo é privativo:

I — dos diplomados em cursos de Turismo ministrados por estabelecimentos de ensino superior, oficiais ou reconhecidos;

II — dos diplomados em curso similar no exterior, após a revalidação do diploma, de acordo com a legislação em vigor;

III — dos que, embora não diplomados nos termos dos itens I e II, venham exercendo, até a data da publicação desta lei, as atividades de Bacharel em Turismo comprovada e ininterruptamente por mais de 12 meses.

Art. 2º Consideram-se atividades específicas do Bacharel em Turismo as que dizem respeito:

I — ao planejamento, à organização, à elaboração, à coordenação, à orientação, ao acompanhamento, ao agenciamento ou à venda de programas de viagens individuais ou em grupo, no País ou no exterior;

II — ao planejamento, à organização, à elaboração, à coordenação, à orientação ou ao acompanhamento de visitas a monumentos, museus ou pontos de interesse turístico;

III — ao agenciamento ou à venda de passagens em empresas de transportes marítimos, fluviais, aéreos, rodoviários ou ferroviários;

IV — à recepção de viajantes em terminais de passageiros ou à sua instalação na rede hoteleira;

V — ao ensino em estabelecimentos de ensino superior de Turismo.

Art. 3º As empresas ou entidades privadas que se dediquem à prestação de serviços envolvendo as atividades relacionadas no art. 2º manterão, em seu quadro de pessoal ou em regime de contrato para prestação de serviços, Bacharéis em Turismo legalmente habilitados.

Art. 4º As atividades de Bacharel em Turismo serão exercidas na forma de contrato de trabalho, regido pela Consolidação das Leis do Trabalho, ou como atividade autônoma.

Art. 5º O exercício de profissão de Bacharel em turismo requer registro prévio no órgão competente do Ministério do Trabalho, e se fará mediante a apresentação de:

I — documento comprobatório da conclusão dos cursos previstos nos itens I e II do art. 1º, ou comprovação do exercício das atividades de Bacharel em Turismo, nos casos previstos no item III do art. 1º;

II — carteira profissional.

Art. 6º A comprovação do exercício das atividades de Bacharel em Turismo, nos casos previstos no item III do art. 1º, far-se-á, no prazo de 180 dias a contar da publicação desta lei, pelos meios e modos admitidos em seu regulamento.

Art. 7º O Poder Executivo regulamentará esta lei no prazo de 90 dias.

Art. 8º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 9º Revogam-se as disposições em contrário.

Justificação

Inúmeras escolas superiores já ministram o curso superior a que se refere o presente Projeto.

Assim, parece-me de todo conveniente oficializar e disciplinar a profissão de Bacharel em Turismo, assegurando aos que completam o respectivo curso, a exemplo do que se tem feito em casos semelhantes, um mercado de trabalho cativo, sem, com isso, prejudicar situações já existentes.

A aprovação do projeto, por outro lado, estimulará o surgimento de novos cursos superiores especializados na matéria, contribuindo, portanto, não apenas para a criação de novos empregos de nível superior mas, ainda, para

a melhoria dos serviços relacionados com a indústria turística.

Sala das Sessões, 21 de março de 1989.
— Senador Ronan Tito, (PMDB — MG).

(As Comissões de Constituição e Justiça e Legislação Social)

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 42, DE 1989

Autoriza a obtenção da Carteira Nacional de Habilitação de Motorista provisória por maiores de 16 anos.

O Congresso nacional decreta:

Art. 1º Poderá ser concedida autorização provisória para dirigir veículo automotor, na categoria de amador, a menor com 16 anos completos, desde que satisfaça as exigências para obtenção da Carteira Nacional de Habilitação e apresente:

I — autorização do pai ou responsável ou do Juiz de Menores competente;

II — atestado de bons antecedentes lavrado por três pessoas maiores e que também possuam Carteira Nacional de Habilitação;

III — apólice de seguro de responsabilidade civil em valor estabelecido pelo Conselho Nacional de Trânsito.

§ 1º O menor entre 16 e 17 anos que obter a autorização provisória só poderá conduzir veículo automotor desde que acompanhado de uma pessoa possuidora de Carteira Nacional de Habilitação, sob pena de perda definitiva da autorização provisória.

§ 2º Completados 18 anos de idade, a autorização provisória se transformará em Carteira Nacional de Habilitação, independentemente de novos exames desde que o interessado não tenha praticado qualquer das infrações previstas no Código Nacional de Trânsito e preencha os demais requisitos legais.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Justificação

Atualmente os jovens menores de 18 anos, em face de vários fatores, inclusive de escolaridade, amadurecem prematuramente ou mais precocemente do que os jovens das antigas gerações, tanto assim, que a Constituição Federal vigente concede o direito de voto, facultativo, aos jovens com 16 anos.

Nada justificaria, portanto, que os mesmos só possam estar habilitados a dirigir quando completados os 18 anos de idade.

A exemplo dos EUA e do Canadá, onde o menor de 18 anos pode obter habilitação para dirigir veículos, deve o Brasil, mediante condições prévias e especiais, por lei, adaptar-se à realidade atual, concedendo aos jovens menores entre 16 e 18 anos o direito de conduzir veículos automotores, como amadores. Tanto não é real a proibição que a legislação pátria já concede *brevet* de pilotos de monomotores para maiores de 16 anos.

Um jovem, nessa idade, já tem condições físicas e psicossomáticas capazes para dirigir

veículos motorizados, razão pela qual propomos o presente projeto de lei.

Sala das Sessões, 21 de março de 1989.
— Senador Irapuan Costa Junior.

(A Comissão de Constituição e Justiça)

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 43, DE 1989

Unifica a hora legal em todo o território nacional e revoga a Lei nº 2.784, de 18 de junho de 1913.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica unificada a hora legal em todo o território nacional.

Parágrafo único. A hora legal nacional é a hora de Brasília, com três horas de atraso em relação à hora de Greenwich.

Art. 2º A hora legal unificada se aplica às relações contratuais de todas as atividades econômicas e sociais, e aos órgãos da administração pública da União, dos Estados, dos Territórios e dos Municípios.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário, especialmente a Lei nº 2.784, de 18 de junho de 1913.

Justificação

Objetiva o presente projeto de lei afastar os entraves, criados pelos diferentes fusos horários, à participação na vida econômica nacional das populações residentes nas regiões mais ocidentais do País. As evidências demonstram que, em virtude da forma como vem se processando historicamente o nosso desenvolvimento, no sentido do Leste para o Oeste, criaram-se grandes desníveis regionais e profunda dependência econômica, cultural e tecnológica dos Estados da Amazônia em relação aos das regiões Sul e Sudeste.

Centros importantes como Manaus, Porto Velho, Cuiabá e Campo Grande, perdem diariamente uma hora em suas atividades econômicas vinculadas às da região Sudeste. Quando se encerram, às doze horas, os pregões das bolsas de valores do Rio de Janeiro e de São Paulo, naquelas capitais do Norte e Centro-Oeste os relógios marcam onze horas, e em Rio Branco, no extremo Oeste, marcam dez horas. Um telex bancário expedido de Manaus para São Paulo, não obstante a sua instantaneidade eletrônica, chega com uma hora de atraso. São horas perdidas pelos agentes que movimentam a economia regional.

Quando, em 1913, o Congresso Nacional aprovou a Lei nº 2.784, a sociedade brasileira entrava num processo rápido de modernização e industrialização, de crescimento de suas relações internacionais e de integração nacional. A jovem República brasileira abria-se para aqueles países, onde o capitalismo impulsionava a Revolução Industrial e Tecnológica. Neste contexto, era necessário que adotasse a chamada "hora universal", para facilitar o intercâmbio com os outros povos.

Internamente o País expandia as vias de penetração para a sua hinterlândia, com a cons-

trução de estradas de ferro e do sistema de comunicação telegráfica, e pelo crescimento das transações comerciais. Neste contexto, a adoção da "hora universal" vinha impulsionar o processo de integração nacional.

Em nossos dias, as necessidades do País são outras. No plano externo, a mídia eletrônica, os satélites intercontinentais e o moderno transporte aéreo transformaram o mundo naquilo que Mac Luhan chamou de "Aldeia Global". Em vista disso, muitos países de grande extensão territorial e mesmo subcontinentes estão unificando seus fusos horários. A Europa Ocidental, como forma de se preparar para a sua integração política e econômica em 1992, unificou três fusos horários.

No plano interno, alinhamos três fortes razões para adotarmos um único fuso horário.

A primeira é que o País possui um sistema financeiro realmente nacional, informatizado, operando instantaneamente via satélite, com mercado de capitais diversificado e com bolsas de valores sofisticadas. A segunda é que o País possui um extenso e moderno sistema de comunicação, com toda a parafernália eletrônica, que o unifica de Norte a Sul, de Leste a Oeste. A terceira é que o transporte aéreo, moderno e eficiente, completa a integração nacional, ao levar pessoas, riquezas e cultura, em poucas horas, a qualquer ponto do País.

O tempo e o espaço encurtaram-se de tal maneira, que todos os setores econômicos (o bancário, o comercial e o industrial), o setor de informática, o sistema de comunicação e os serviços em geral, toda atividade humana,

enfim, se beneficiariam com a adoção do horário unificado.

Unificar a "hora legal" é uma necessidade imperiosa para que as populações residentes nas regiões ocidentais possam participar da vida econômica, política e cultural dos centros desenvolvidos do Sul e do Sudeste. Vem ao encontro de grande aspiração da sociedade brasileira, qual seja, a de vencer os profundos desníveis econômicos e sociais que dividem o Brasil em regiões ricas e regiões pobres.

Unificar os horários é, não apenas uma medida de bom senso. É uma medida técnica de grande alcance econômico e social, que se impõe como necessidade imperiosa da sociedade brasileira em nossos dias.

Sala das Sessões, 21 de março de 1989.
— Senador Odacir Soares.

LEGISLAÇÃO CITADA



Sancionada, por Riqueza de 1915.
Proj. de Lei n.º 1.915, de 1915.
Assinado: R. Riqueza
O Congresso Nacional decretou e eu promulgo a seguinte lei:
Art. 1.º Para fins de adoção, contraactuação, inter-
pções e comerciais, o horário de Greenwich
considerado fundamental para toda a Território
da República dos Estados Unidos do Brasil.
Art. 2.º O Território da República fica divi-
do, no que diz respeito à hora legal, em quatro
distritos:
A) o primeiro fuso, caracterizado pela hora de
Greenwich "menos duas horas" compreende o arquipé-
lago brasileiro de Maranhão e a Ilha da Trindade;
B) o segundo fuso, caracterizado pela hora de
Greenwich "menos três horas" compreende todos
os do Brasil e os Estados interiores (menos

Matta Grossa (Amazônia), tem como parte da festa-
do do Pará delimitada por uma linha que, par-
tindo do monte Crevant, na fronteira com a
Goyana Franca, vai seguindo pelo curso do rio
Guany até o Guany, pelo curso deste até o Puma
Guany, e ao sul do Puma Guany até o rio
do Estado do Mato Grosso.

C) O Jorua-fuso, caracterizado pela hora
do fuso horário "menor quatro horas" compreenderá
o Estado do Pará a W da linha presidente, o Estado
do Mato Grosso e a parte dos municípios que fica
a E de uma linha (círculo máximo) que, partin-
do de Tabatinga, vai a Porto Pires.

D) O quinto fuso, caracterizado pela hora
do fuso horário "menor cinco horas" compreenderá
o Território do Pire e os pedidos recentemente
da Bolívia, assim como a área a W da linha pre-
viamente descrita. O Brasil não se opõe a
que o Brasil seja privilegiado as disposições em
contrário.

Senado Federal, 10 de Junho de 1918

João Gomes Pereira de Sá
Presidente
Joaquim Américo Soares
Secretário

Manoel de Oliveira

2º Secretário

PROJETO DE LEI DO DF Nº 6, DE 1989

Autoriza o Governo do Distrito Federal a alienar os imóveis que especifica, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica o Governo do Distrito Federal autorizado a alienar no prazo de cinco anos, exclusivamente aos seus arrendatários legalmente constituídos, as áreas rurais arrendadas pela Fundação Zoobotânica do Distrito Federal, na forma do disposto nesta lei.

Art. 2º O documento de alienação definitiva consignará cláusula expressa de utilização exclusiva do imóvel em atividade rural, ficando vedado, ao adquirente ou aos seus herdeiros, sob pena de anulação do ato, com a consequente devolução da área e suas benfeitorias, a venda, o comodato ou o arrendamento, antes de decorridos cinco anos da data da aquisição.

Art. 3º O valor de cada área, para efeito da alienação aqui autorizada, será estipulado por uma comissão constituída de um representante da Secretaria da Agricultura, um representante da Secretaria de Finanças, um corretor de imóveis, indicado pelo Creci e, um representante da Câmara de Valores Imobiliários de Brasília.

Art. 4º Nenhuma pessoa física ou jurídica, diretamente ou por meio de representante, poderá adquirir mais de um lote, nas condições previstas nesta lei.

Art. 5º O produto da arrecadação com a alienação prevista nesta lei será obrigatoriamente destinado à construção de escolas e postos de saúde na área rural.

Art. 6º Somente poderão adquirir os imóveis, de que trata esta lei, aqueles que sejam arrendatários há no mínimo dois anos anteriores à entrada em vigor da presente lei.

Art. 7º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º Revogam-se as disposições em contrário.

Justificação

Objetiva o presente projeto de lei corrigir distorções existentes no sistema de distribuição de terras destinadas à exploração agrícola do Distrito Federal, através de contratos de arrendamento levados a efeito pela Fundação Zoobotânica do Distrito Federal.

Evidências demonstram que a sistemática adotada não logrou o êxito desejado, uma vez que o agricultor, por não ser proprietário da terra, sente-se desmotivado e nela investir, como bem disse o eminente Senador Nelson Carneiro, em sua justificação em projeto semelhante apresentado no Senado Federal, em 25 de outubro de 1983: "... A experiência brasileira no campo tem sido pródiga em confirmar que, salvo raras exceções, o fato de o cidadão não se sentir dono da terra funciona, por razões psicossociais nem sempre explicitadas, como desestímulo à produção e à produtividade".

Além do problema da propriedade acima citado, surge outro fator negativo de grande

relevância, que é o da obtenção de recursos junto às instituições de crédito para o investimento na terra. Após o décimo ano do início da vigência do contrato de arrendamento, os bancos não mais aceitam o documento contratual firmado com a Fundação Zoobotânica como garantia real para o pagamento do financiamento pretendido, uma vez que a liquidação dele, que é de cinco anos, se daria após findo o referido contrato, que é de quinze anos, prorrogáveis ou não.

Conforme se depreende, a situação do agricultor arrendatário é bastante instável. Para agravar ainda mais o quadro, nos últimos anos algumas dessas áreas destinadas exclusivamente à produção agrícola vêm se transformando em áreas de lazer, fato já relatado pela imprensa local, e de fácil constatação.

Todos estes fatores têm contribuído para inibir a produção agrícola da região. Por isso entendo que já é passada a hora de o Senado Federal acabar com a situação de instabilidade do agricultor rural, dando a ele condições de ser dono da sua terra.

Sala das Sessões, 21 de março de 1989.
— Senador *Meira Filho*.

(À Comissão do Distrito Federal)

O SR. PRESIDENTE (Mendes Canale) — O Expediente lido vai à publicação.

Sobre a mesa, projetos que serão lidos pelo Sr. 1º-Secretário.

São lidos os seguintes

Projeto de Lei que autoriza ao Governo do Distrito Federal a alienar os imóveis de autoria do Senador *Meira Filho*.

Projeto de Lei que dispõe sobre o exercício da profissão de Bacharel em Turismo de autoria do Senador *Ronan Tito*.

O SR. PRESIDENTE (Mendes Canale) — Os projetos lidos serão publicados e remetidos às Comissões competentes.

O SR. PRESIDENTE (Mendes Canale) — Sobre a mesa ofício que vai ser lido pelo Sr. 1º-Secretário.

É lido o seguinte

Ofício nº 18/89

Brasília, 16 de março de 1989

Senhor Presidente:

Dirijo-me a Vossa Excelência para solicitar que o Senador *Carlos de Carli* seja substituído pelo Senador *OLAVO PIRES* na Comissão Parlamentar de Inquérito, destinada a apurar denúncias sobre a devastação da hileia Amazônica e a participação estrangeira nessas denúncias.

Ao ensejo, renovo a Vossa Excelência a minha expressão de elevada estima e distinto apreço. — Senador *Afonso Camargo*, Líder do PTB.

O SR. PRESIDENTE (Mendes Canale) — Será feita a substituição solicitada.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º-Secretário.

É lido o seguinte

(Requer que não haja sessão nos dias 23 e 24 do corrente mês nem haja expediente no Senado. — Sr. Senador *Mário Maia*.)

REQUERIMENTO Nº 43, DE 1989

Nos termos regimentais, requeiro que não seja realizada Sessão do Senado nos dias 23 e 24 do corrente, nem haja expediente em sua Secretaria.

Sala das Sessões, em 21 de março de 1989.
— Senador *Mário Maia*.

O SR. PRESIDENTE (Mendes Canale) — De acordo com o disposto no art. 238, II, o requerimento que acaba de ser lido poderá ser votado com a presença de 11 Senadores. Em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Será cumprida a deliberação do Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Mendes Canale) — Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao nobre Senador *Leite Chaves*. (Pausa.)

S. Exª não está presente.

Concedo a palavra ao nobre Senador *Mário Maia*. (Pausa.)

S. Exª desiste da palavra.

Concedo a palavra ao nobre Senador *Raimundo Lira*. (Pausa.)

S. Exª desiste da palavra.

Concedo a palavra ao nobre Senador *Francisco Rollemberg*. (Pausa.)

S. Exª desiste da palavra.

Concedo a palavra ao nobre Senador *Almir Gabriel*. (Pausa.)

S. Exª não está presente.

Concedo a palavra ao nobre Senador *Ney Maranhão*.

O SR. NEY MARANHÃO (PMB — PE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, ocupo a tribuna do Senado da República para fazer um comentário e, ao mesmo tempo, um apelo ao Senhor Presidente da República e ao Sr. José Aparecido, Ministro da Cultura. Trago, aqui, notícias de Pernambuco sobre Gilberto Freyre e sua memória. É uma entrevista dolorosa da senhora daquele grande escritor, Dona Madalena Freyre, que diz o seguinte:

"A grande preocupação do escritor e sociólogo pernambucano Gilberto Freyre antes de morrer, em julho de 1987, era de que sua obra fosse esquecida. Mas, naquele mesmo ano no solar dos Apipucos, residência dos Freyre, um conselho familiar resolveu presentear o escritor com a criação da Fundação Gilberto Freyre, abrindo mão do patrimônio da família. Madalena Freyre, viúva do escritor e presidente da fundação, disse que ainda se lembra da alegria com que seu esposo recebeu a notícia da criação de uma entidade, que iria preservar os livros, quadros e a casa dele do jeito que ele sempre

manteve. "Ele batia palmas de felicidade" ela relembra."

Hoje, Dona Madalena mora nos fundos da casa do museu, no lugar que chama carinhosamente de "minha senzalinha". Ela disse que essa falta de incentivo está atrasando a conclusão da primeira fase do projeto de criação da fundação como, também, o início de projetos maiores que possibilitarão a abertura oficial do museu ao público. "Tudo depende do dinheiro, mas quero ainda ter a chance de ver essa casa pronta para receber o público" comentou Dona Madalena.

Sr. Presidente, Srs. Senadores:

A Fundação Joaquim Nabuco de pesquisas sociais é uma instituição fundada através de um projeto de lei do então deputado federal Gilberto Freyre, em 1949. E, desde a sua fundação, orientada pelo mestre de Apípicos, o qual dedicou os anos finais de sua vida àquela instituição.

A Fundação Joaquim Nabuco tem-se firmado pela seriedade das suas atividades no campo cultural, inclusive com a criação do museu do homem do Nordeste e do museu do homem do Norte, com a publicação mensal do Índice de Preços ao Consumidor (IPC) da cidade do Recife.

A fundação reeditou, pela sua Editora Massangana, obras raras e esgotadas como a "Cultura e Opulência do Brasil por suas obras e minas", de André João Antonil, editada em 1711, que teve toda a sua edição confiscada e queimada pelo Governo português, restando somente 6 exemplares que ficaram escondidos em bibliotecas particulares. Ou a notável obra "No Tempo dos Flamengos", de José Antônio Gonçalves, na qual o historiador pernambucano utilizou, como fonte de informações, os documentos originais da companhia das Índias ocidentais, escritos em holandês arcaico, dando uma interpretação profundamente diferente da nossa História.

Deve-se também à Fundação Joaquim Nabuco a criação do "Seminário de Tropicologia", no qual realiza-se um debate mensal sobre determinado tema ligado aos Trópicos, por especialistas de diversos assuntos, abordando o tema em debate sob prismas profissionais diversificados. É um seminário nos moldes do de Tanibaul, da Alemanha.

A fundação ainda criou, em poucos anos, um acervo artístico especializado em temas regionais, onde se destacam os quadros de Cícero Dias, Di Cavalcanti, Lula Cardoso Ayres, reproduções dos clássicos quadros do pintor Prost, da época holandesa, imagens dos séculos XVIII e XIX, e azulejos portugueses etc.

Por isso, causa-nos estranheza que tanto esforço esteja na iminência de ser sucateado, com os seus museus fechados e suas importantíssimas pesquisas interrompidas, devido ao corte sofrido no seu orçamento.

Para se ter uma idéia desse desastre, basta lembrar que a fundação sofreu um corte de 63% na sua verba de custeio e de capital. De um orçamento previsto de NCz\$ 636.000,00. Ficou a reduzida quantia de NCz\$ 236.000,00; isso obrigará a Fundação Joa-

quim Nabuco a interromper todas as suas atividades e a fechar os seus museus, por absoluta falta de condições para operar. Entre tantas outras atividades, lembramos o Índice de Preços ao Consumidor (IPC) da cidade do Recife, que terá de deixar de ser feito mensalmente, interrompendo a série histórica, que já tem mais de 15 anos.

O Sr. Mauro Benevides — Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. NEY MARANHÃO — Com muito prazer, nobre Senador.

O Sr. Mauro Benevides — Nobre Senador Ney Maranhão, desejo emprestar a minha solidariedade a V. Ex^a nesse apelo que dirige ao Governo federal e de forma particular ao Sr. Ministro da Cultura José Aparecido, em favor da Fundação Joaquim Nabuco, que tem sede no seu glorioso Estado de Pernambuco. Diria a V. Ex^a que conheço a extensão, a amplitude daquelas pesquisas levadas a efeito pela importante entidade de cunho cultural. Quando exerci a Presidência do Banco do Nordeste do Brasil, procurei, embora modestamente, prestigiar a ação da Fundação Joaquim Nabuco dentro de um programa de intercâmbio cultural instituído por aquele estabelecimento de crédito oficial. E se V. Ex^a agora, diante desses dados que são inquietadores — inclusive uma redução substancial no orçamento para a cobertura das despesas de custeio — traz o problema a debate no Senado Federal, aqui estou para endossar, na condição de nordestino, a postulação de V. Ex^a, ao mesmo tempo em que faço votos para que o Ministro da Cultura, sensível ao pronunciamento de V. Ex^a, ofereça o suporte financeiro indispensável para que a Fundação Joaquim Nabuco dê continuidade ao seu magnífico trabalho de natureza cultural na região nordestina.

O SR. NEY MARANHÃO — Agradeço o aparte de V. Ex^a, Senador Mauro Benevides. Quero testemunhar que a própria Sr^a Madalena Freyre, no seu pronunciamento, na sua entrevista, cita o Banco do Nordeste do Brasil e, por coincidência, quando V. Ex^a era um dos Diretores. Significa para ela uma ajuda substancial essa idéia que V. Ex^a teve em ajudar a Fundação Joaquim Nabuco.

Muito obrigado pelo seu aparte.

Continuando, Sr. Presidente, terá também que paralisar a pesquisa da participação do trabalho feminino na irrigação, na região do semi-árido, pesquisa que está sendo executada com a participação do *Institute For Development Research of Canada*, porque faltará a contrapartida brasileira de 50% dos recursos.

Essê calamitoso corte de recursos atingiu também a Fundação Gilberto Freyre — e neste sentido peço a transcrição das declarações de Dona Madalena Freyre, no *Diário de Pernambuco* —, afetiva e culturalmente ligada à Fundação Joaquim Nabuco, que abriga todo o acervo literário e pessoal do sociólogo Gilberto Freyre. Entre outros documentos raros, temos naquela fundação uma carta manuscrita pelo grande jornalista, o grande parai-

bano Assis Chateaubriand, de 1934; Cartas de Carlos Drummond de Andrade e Manuel Bandeira, os originais manuscritos de "Casa Grande & Senzala", etc.

É preciso lembrar que a Fundação Joaquim Nabuco funciona com 30% de recursos próprios, gerados pela venda de livros, de pesquisas executadas para terceiros e por convênios.

Não podemos permitir que uma instituição tão relevante culturalmente paralise suas atividades!

Lanço um apelo ao Ministro José Aparecido de Oliveira, homem de tanta sensibilidade artística, para que não permita esse crime contra a nossa cultura.

Apelo também para o Presidente José Sarney, cuja formação cultural honra o País e que tem o seu nome ligado à lei que incentiva a produção cultural, para que não permita que a Fundação Joaquim Nabuco encerre suas portas, melancolicamente, pouco mais de um ano após a morte do seu fundador!

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem! Palmas.)

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. NEY MARANHÃO EM SEU DISCURSO:

"Diário de Pernambuco"

GILBERTO FREYRE: A MEMÓRIA AMEAÇADA

A grande preocupação do escritor e sociólogo pernambucano Gilberto Freyre antes de morrer, em julho de 1987, era de que sua obra fosse esquecida. Mas, naquele mesmo ano no solar dos Apípicos, residência dos Freyre, um conselho familiar resolveu presentear o escritor com a criação da Fundação Gilberto Freyre, abrindo mão do patrimônio da família. Madalena Freyre, viúva do escritor e presidente da Fundação, disse que ainda se lembra da alegria com que seu esposo recebeu a notícia da criação de uma entidade, que iria preservar os livros, quadros e a casa dele do jeito que ele sempre manteve. "Ele batia palmas de felicidade" ela relembra.

Isabella Coelho

Mais dois anos se passaram desde a inauguração da Fundação pelo próprio Gilberto Freyre em 11 de março de 1987, quatro meses antes de sua morte, e ainda não se pode dizer que o sonho do autor de Casa Grande & Senzala esteja totalmente realizado.

A Fundação criada para colocar à disposição do público o acervo pessoal e intelectual de Gilberto Freyre, além de promover estudos e intercâmbios entre instituições científicas e culturais do País, ainda não abriu oficialmente sua sede ao público e não passou do primeiro estágio do projeto de criação, que é o da coleta e catalogação do acervo intelectual e pessoal do escritor. "Há falta de dinheiro e pouca sensibilidade das instituições e repartições públicas na preservação da cultura brasileira", disse Madalena Freyre.

Ela, que mora nos fundos da casa museu, no lugar que carinhosamente chama de "minha senzalinha", disse que esta falta de incen-

tivo está atrasando a conclusão da primeira fase do projeto de criação da Fundação, como também o início de projetos maiores que possibilitarão a abertura oficial do museu ao público. "Tudo depende de dinheiro, mas quero ainda ter a chance de ver essa casa pronta para "receber o público", comentou Madalena Freire.

A primeira fase do projeto, que já dura dois anos, consta da organização da biblioteca, arquivo de cartas, fotos, objetos de arte e toda a produção intelectual de Gilberto Freyre. Esta primeira fase está sendo realizada com a ajuda da Fundação Joaquim Nabuco, da Confederação Nacional da Indústria, das Federações das Indústrias, dos Estados do Nordeste e de empresários brasileiros incentivados pela Lei Sarney. Embora lenta, a organização do acervo pessoal e intelectual do mestre e decifrador dos enigmas antropológicos e culturais do Brasil, deve ser concluída no próximo ano, se as verbas forem suficientes, prevê Madalena Freyre.

A biblioteca particular de Gilberto Freyre especializada em ciências humanas possui mais de 35 mil exemplares entre livros, periódicos, documentos históricos e álbuns de recortes. Segundo Inalda Silvestre, bibliotecária responsável, apesar de a catalogação estar sendo feita por meio de computadores através da rede Bibliodata/Calco em convênio com a Fundação Getúlio Vargas, o trabalho de identificação de todos os exemplares da biblioteca ainda vai levar algum tempo. "Ainda não conseguimos concluir nem a catalogação da obra de Gilberto Freyre", disse Inalda Silvestre. Até agora já foram catalogados mais de 2 mil artigos e cerca de oitenta títulos em oito idiomas da obra de Gilberto Freyre, além de monografias, prefácios e obras coletivas.

Outra parte do projeto de pesquisa museográfica é a organização do arquivo de correspondência e produção intelectual de Gilberto Freyre. No arquivo pode-se encontrar materiais raros como os originais manuscritos de sua obra-prima *Casa Grande & Senzala*, cartas pessoais recebidas e enviadas a intelectuais de renome nacional e internacional e trabalhos escolares. Todo o trabalho de levantamento, pesquisa e catalogação deste material está sendo feito por uma equipe da Fundação Gilberto Freyre, supervisionada pela diretora da Divisão de Arquivologia da Fundação Joaquim Nabuco, Tereza Cristina de Souza Dantas. Segundo ela, o projeto feito em convênio com o Banco do Nordeste do Brasil está alcançando o sucesso esperado, embora muito lento. Até agora, contudo, já foram catalogadas 6.811 cartas e cartões postais recebidos por Gilberto Freyre em toda a sua vida. No arquivo vão constar também cópias de cartas remetidas por Gilberto Freyre que estão sendo enviadas para a Fundação por amigos dele no Brasil e no exterior.

No arquivo pode-se encontrar cartas curiosas como as de Carlos Drummond de Andrade, e Manuel Bandeira, que Gilberto Freyre ca-

rinhosamente chamava em suas cartas de *Flag* (bandeira em inglês) e cartas raras como o único exemplar de uma carta manuscrita por Assis Chateaubriand a Gilberto Freyre datada de 1934. A organização dos originais de livros e rascunhos de palestras e conferência, que também farão parte do arquivo, estão sendo decifrados e identificados inicialmente por uma antiga amiga do escritor e agora funcionária da Fundação Gilberto Freyre, Maria Auxiliadora da Costa Barros. "D. Dora, como é conhecida, foi secretária de Gilberto Freyre por 28 anos". Segundo d. Dora, além de d. Madalena, ela é a única pessoa capaz de ler os manuscritos de Gilberto Freyre.

A organização do acervo de materiais pessoais, utensílios domésticos e quadros colecionados pela família, que também faz parte da primeira fase do projeto, está sendo conduzida pela museóloga Adna Jane, que disse que até o momento já foram registradas mais de 2.200 peças entre dezoto coleções. Ela apontou que o solar dos Apipucos possui peças raras em prata portuguesa, inglesa e madeira, além de santos do século XVIII e XIX e quadros de Di Cavalcanti, Cícero Dias e do próprio Gilberto Freyre. Os painéis de azulejos portugueses trazidos para o Brasil por Gilberto Freyre em 1951, por uma concessão especial do governo português que na época proibia a saída de objetos de arte do País é outro atrativo da casa-museu. Na época, o governo português autorizou a saída dos azulejos, declarando que "onde estivesse Gilberto estaria Portugal".

As equipes que trabalham nesta primeira fase do projeto da Fundação ainda não têm previsão para a conclusão dos trabalhos de arquivo e catalogação do grandioso acervo de Gilberto Freyre mas, segundo Madalena Freyre, até o próximo ano, grande parte da organização da biblioteca e do Arquivo Gilberto Freyre estará pronta.

Madalena Freyre disse, ainda, que apesar de o museu ainda não ter sido inaugurado oficialmente, mais de 400 pessoas já visitaram o solar dos Apipucos. "A entrada não está proibida e cobramos NCz\$300,00 por visitante a título de colaboração". Ela disse que entre os futuros projetos da Fundação estão a construção de uma nova biblioteca, de um centro de estudos científicos, do Mausoléu Gilberto Freyre e de um parque ecológico.

A Fundação Gilberto Freyre que é administrada por um conselho diretor, um conselho consultivo e um conselho fiscal pretende, após a conclusão da primeira fase do projeto de criação, transformar o solar dos Apipucos num eco-museu. Madalena Freyre explicou que os jardins e arredores da casa-museu vão ser transformados num parque botânico rotetizado com todas as árvores e plantas identificadas para incentivar o estudo da botânica e da ecologia, principalmente pelas crianças. A transferência do túmulo de Gilberto Freyre para o solar e a abertura de uma loja para venda de livros de Gilberto Freyre também fazem parte dos planos futuros da Fundação.

Durante o discurso do Sr. Senador Ney Maranhão o Sr. Senador Mendes Canale deixa a cadeira da Presidência que é ocupada pelo Sr. Senador Nelson Carneiro.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro)

— Concedo a palavra ao nobre Senador Mauro Benevides.

O SR. MAURO BENEVIDES (PMDB — CE. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, a política de saúde do Governo, que assumiu novos contornos de eficiência com a implantação do SUDS, vem enfrentando dificuldades em todas as Unidades Federativas, em razão do atraso ocorrido nas dotações repassadas pelo Ministério da Previdência e Assistência Social.

As várias Secretarias de Saúde, responsáveis pela exequibilidade do arrojado plano, não dispõem de recursos próprios para suprir a protelação verificada nas remessas periódicas, gerando insatisfação e inconformismo entre os que dependem dos respectivos cronogramas de pagamentos a pessoal, hospitais, etc.

O Ceará, Sr. Presidente, experimenta, igualmente, idêntica situação, com sucessivos apelos a Senadores e Deputados para que intercedam junto ao Ministro Jader Barbalho, com o objetivo de garantir a transferência das verbas consignadas ao SUDS local.

Aliás, sobre o assunto, venho de receber longo telex dos dirigentes de vários órgãos da área de saúde, vazado nos seguintes termos:

"Solicitamos encarecidamente a inter-ferência do Exmº Senador no pedido de liberação do pagamento das GAPs SUDS junto ao Ministro da Previdência e Assistência Social — MPAS — referente ao mês de novembro de 1988, de centenas de prestadores do Estado do Ceará, que se encontram em situação de completa insolvência, inteiramente impossibilitados de manter suas instituições em funcionamento. Certos da vossa compreensão para com esta grave emergência, subscrevemo-nos atenciosamente.

Marco Antônio de Holanda Panaforte — Secretário de Saúde do Estado do Ceará.

Francisco Valdeci de Almeida Ferreira — Diretor do Centro Ciências da Saúde da UFC

José de Sá Cavalcante Júnior — Diretor Regional da SUCAM/CE

Luiz Carlos Fontenele — Diretor do Hospital das Clínicas/UFC

César Augusto de Lima e Forti — Sub-secretário de Saúde/CE

José Agripino Mendes — Diretor Regional da Fundação SESP/CE

Componentes da Comissão Interinstitucional de Saúde — CIS/CE."

Sr. Presidente, aqui fica o meu apelo ao Ministro da Previdência e Assistência Social e ao Presidente do INAMPS, no sentido de que diligenciem a normalização do pagamento das transferências orçamentárias devidas aos

SUDS, pondo fim a um estágio de imensas dificuldades vividas pelos estados brasileiros, todos privilegiados com a nova sistemática imperante no setor saúde do País.

O Ministro Jader Barbalho, que agora acaba de retornar a Brasília, já recuperado, não deixará de acolher a reivindicação, adotando as providências aqui alinhadas e que se inserem na faixa de suas atribuições à frente daquela importante Pasta.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente, em nome da representação federal do Ceará, pedindo que o Sr. Ministro Jader Barbalho e o Dr. Serrão, Presidente do INAMPS, numa ação conjugada, ofereçam não apenas ao meu Estado do Ceará, mas também às outras Unidades Federativas, os recursos indispensáveis a que este programa, o SUDS, tenha continuidade, sem as protelações e procrastinações que criam dificuldades intransponíveis para a área de saúde no território brasileiro.

O Sr. Jutahy Magalhães — Sr. Presidente, peço a palavra para breve comunicação.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Concedo a palavra ao nobre Senador Jutahy Magalhães.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES (PMDB — BA. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, temos lido constante e diariamente, e ouvido também com grande insistência, a respeito do problema da Amazônia que, hoje, interessa ao mundo inteiro. Talvez por isso, enquanto estamos tratando de matéria tão importante quanto à da Amazônia, estejamos nos esquecendo do que ocorre no dia-a-dia do nosso Brasil: o desmatamento constante, permanente, diário das cabeceiras dos nossos rios. São dezenas e dezenas de rios e riachos por este Brasil afora que estão secando, porque o desmatamento continua a acontecer, sem que haja qualquer ação por parte das autoridades responsáveis pelo problema.

Em alguns apartes, já tivemos a oportunidade de falar o que vem ocorrendo na região, do cacau, na Bahia, que nesses três últimos anos tem sofrido muito com o problema da seca.

V. Ex.^a que é baiano, Sr. Presidente, sabe que o grande problema daquela região era a podridão parda que atacava os cacauzeiros, em decorrência do alto índice pluviométrico e da umidade que ali existiam. Hoje, o problema é o inverso. A seca castiga a região e está matando os cacauzeiros, até os mais antigos.

Sr. Presidente, na região de Anuri existe um rio que está secando e que atendia dezenas e dezenas de fazendas, a milhares de pessoas daquele distrito e diversos povoados da região. São três municípios cuja população está preocupada com o desmatamento criminoso que ocorre na cabeceira do rio, a seca deste ano já trouxe graves prejuízos para a região. E quando as queixas foram feitas chegou-se à conclusão de que o IBDF está dando autorização para desmatar a cabeceira do rio.

É contra isso, Sr. Presidente, que protestamos neste instante. Não sabemos se há en-

tre aqueles que, por obrigação, nos ouvem e que servem aos ministérios nas assessorias parlamentares, alguém para levar este recado às autoridades competentes é preciso acabar com essa atividade criminosa no Brasil e, principalmente, fazer com que aqueles que são responsáveis, para evitar esses males, tomem a si a responsabilidade de acabar com esse crime que se comete diariamente, que não fiquem concedendo licenças, como fazem na Bahia, para desmatar as cabeceiras dos rios.

Sabemos que o rio São Francisco tem sofrido as consequências do desmatamento de suas margens. Sabemos, por exemplo, que no Município de Gandu — que V. Ex.^a tão bem conhece — aquela mocidade, durante os meses de férias, tornava seu banho de rio, pulando, de cabeça das pontes, na sua profundidade. Hoje esse rio não chega a molhar os pés de quem atravessa o seu leito, tudo por causa da atividade criminosa do desmatamento.

Lançamos hoje este apelo, endereçando pedido às autoridades competentes para que tomem providências imediatas, porque, caso contrário, teremos que trazer diariamente para o Senado esse grito de revolta contra o que está acontecendo no Brasil, e muito especificamente na região cacauzeira do meu Estado.

O Sr. Mauro Benevides — Permite-me V. Ex.^a um aparte?

O SR. JUTAHY MAGALHÃES — Concedo-o, mas não sei se o Regimento permite o aparte.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — A Mesa, atendendo à relevância do assunto, que é nacional, fere o Regimento para que V. Ex.^a possa falar e receber os apartes.

O Sr. Mauro Benevides — Muito grato a V. Ex.^a, nobre Presidente Nelson Carneiro, porque minha intervenção vai corroborar o ponto de vista defendido pelo nobre Senador Jutahy Magalhães, neste seu desdobramento, ainda mais apreensivo e ainda mais inquietador. Com a baixa hidraulicidade do rio São Francisco, iremos defrontar-nos nos próximos meses, ou quem sabe até nos próximos dias, com um novo racionamento de energia elétrica no Nordeste. Passamos, há pouco tempo, por uma experiência semelhante, que trouxe sérias implicações econômicas e sociais para aquela faixa do território brasileiro. Nobre Senador Jutahy Magalhães, a advertência de V. Ex.^a deve valer para que se impeça a repetição daquele quadro extremamente angustiante que nos levou, seguidas vezes, ao próprio Presidente da República, ao então Ministro das Minas e Energia, Dr. Aureliano Chaves, para que aquela Pasta ministerial e o próprio Presidente assumissem uma postura que representasse uma solução definitiva para o problema da energia elétrica no Nordeste. V. Ex.^a dá um enfoque, agora, ao desmatamento daquela região, o que ocasiona, em consequência, a baixa dos índices de hidraulicidade do rio São Francisco. É bom, é necessário, é indispensável que as autoridades se mostrem recep-

tivas a esse apelo e consigamos evitar a reedição, em 1989, daqueles lastimáveis episódios que levaram o Nordeste a um prolongado racionamento no período de 1987 a 1988.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES — Agradeço a V. Ex.^a o aparte.

O Sr. João Lobo — Permite-me V. Ex.^a um aparte?

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Vou interferir no debate para dizer que eu havia dado a palavra a V. Ex.^a para uma breve comunicação. Para ficar de acordo com o Regimento, concedo a palavra a V. Ex.^a durante os 20 minutos antes da Ordem do Dia, já que somente o nobre Senador Aureo Mello está inscrito para falar após a Ordem do Dia. Assim, V. Ex.^a e o Regimento se ajustam. V. Ex.^a tem 20 minutos para sua exposição e aceitará os apartes que lhe forem dirigidos.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES — Agradeço a V. Ex.^a a compreensão e o interesse que vem demonstrando sobre essa questão, não é somente baiana, é nacional, como disse V. Ex.^a Como foi, aqui abordado ligeiramente e depois reafirmado pelo aparte do Senador Mauro Benevides, problema do assoreamento do rio São Francisco não atinge apenas a navegabilidade daquele rio, mas a produção de energia elétrica para a região Nordeste, conforme abordado pelo Senador Mauro Benevides. Já sofremos o problema do racionamento de energia provocado não apenas por essa questão, mas por uma série de outros acontecimentos, também, muito importantes, como a falta de água para gerar a energia no São Francisco. Outros rios e riachos da Bahia, do Brasil como um todo, têm sofrido essa devastação. Temos apontado aqui essas questões da região sul do nosso Estado. Nós, que andávamos por aí, pelo extremo sul da Bahia, antes da BR-101, víamos muito bem as matas da região. Passávamos por um distrito que tem o nome da Jacarandá, pela grande produção de jacarandá naquelas terras — hoje, infelizmente, já não existe um só pé de jacarandá. Acabou o pau-brasil na descoberta de 1.500; acabou o jacarandá e estão acabando todas as árvores nobres da região. Estão acabando com as matas do extremo baiano.

Agora, um incêndio em Pataxós, no Monte Pascoal, mostra que o final daquela floresta está-se transformando num deserto. Isso sempre pelo interesse imediatista daqueles que querem tirar proveito econômico daquela terra, mas não pensam no futuro e nas consequências dos seus atos.

Hoje, estão devastando as cabeceiras dos rios para fazer pastos. A riqueza de um e a pobreza de milhares: a pobreza das pessoas que lá vivem, a pobreza daqueles que têm suas propriedades naquela região, a pobreza do estado, a pobreza do Brasil. Tudo isso se soma para atender ao interesse imediato de um. Mas não é o interesse imediato dessa pessoa; preocupa-nos a autorização que o IBDF está dando. Quando foram protestar contra o desmatamento, mostraram que o IBDF, tinha permitido a devastação.

Por isso, Sr. Presidente, pedimos o apoio da Casa para um projeto de 10 anos do Deputado Jorge Arbage e que estou desencavando das gavetas do Senado, para que seja aprovado por esta Casa, obrigando uma ação do IBDF no sentido de evitar a devastação das cabeceiras dos rios. É preciso aprovarmos esse projeto, para que além de muito que já existe de leis neste País e não são cumpridas, exista mais uma, na esperança de ser cumprida.

O Sr. Mauro Benevides — Após um período de 10 anos, V. Ex.^a não está desencavando, V. Ex.^a está desencavando o projeto do Deputado Jorge Arbage.

O Sr. JUTAHY MAGALHÃES — Depois de tantos anos, é natural que num País com altas taxas de inflação como o nosso, as multas não tenham sido calculadas naquela época em relação a hoje. De qualquer maneira, pedimos a aprovação da lei como está, até fazermos uma lei específica que aumente a multa prevista no projeto.

O Sr. João Lobo — Permite-me V. Ex.^a um aparte?

O Sr. JUTAHY MAGALHÃES — Senador João Lobo, desculpe-me por demorar tanto para conceder-lhe o aparte, que certamente irá enriquecer meu pronunciamento.

O Sr. João Lobo — Senador Jutahy Magalhães, grato pela concessão do aparte. Quero fazer algumas observações ao tema que V. Ex.^a aborda. Longe de mim o intuito de contrariar os seus pontos de vista, que posso compreender, e participação do cuidado e da preocupação que movem V. Ex.^a, neste momento. Ao contrário, eu gostaria de abordar alguns temas que fazem parte deste contexto. Sempre lembro, quando vejo essa questão de ecologia, da devastação de florestas, de desmatamentos, um célebre geólogo, chamado Hughens, que diz que, na natureza, não há indicação do princípio e nem perspectiva do fim; assim, em geologia em si mesma, não há nenhuma indicação do princípio e nenhuma perspectiva do fim. Veja V. Ex.^a, estamos preocupados com o pequeno volume d'água do rio São Francisco, que vai, certamente, causar grandes transtornos no abastecimento de energia elétrica naquela região nordestina. Estamos preocupados com o desmatamento, com o fim da Mata Atlântica, mas parece-me que a preocupação primeira do Homem sobre a Terra deve ser a de assegurar a sua sobrevivência nela. Como se queria que o Paraná se transformasse no grande produtor de milho, soja e arroz, enfim, se transformasse nesse grande celeiro, sem o desmatamento da Mata Atlântica? Como deixar de desmatar os vales dos rios? São terras nobres e de boa qualidade. Se não se fizer agricultura nessa região, coberta por matas densas, por matas pré-históricas, que faziam a beleza e a grandeza deste País, se não desmatarmos essas terras, nunca teremos boas terras agricultáveis. É o dilema de sempre: ninguém pode fazer omelete sem quebrar os ovos.

O Sr. JUTAHY MAGALHÃES — Mas se matarmos as galinhas, não teremos ovos.

O Sr. João Lobo — O aforismo que V. Ex.^a cita é até jocoso, engraçado, mas não corresponde muito à realidade. No Nordeste, ou desmatam as terras baixas, as terras sedimentares para fazer agricultura, ou não há agricultura. É pena que árvores seculares, como o jacarandá, o pau-brasil — cujo desaparecimento V. Ex.^a tanto lamenta — tenham sido irracionalmente exploradas. Mas uma árvore como o jacarandá, o pau-brasil, tem um tempo de vida útil. Além daquele tempo — ela não é eterna — aquela madeira torna-se impréstatível, fica brocada, bichada, praticamente destruída pois ela deve ser aproveitada durante o seu período bom de madeira. Na realidade, não se sabe o que fazer, porque se se desmatam as boas áreas para conseguir uma boa agricultura, está-se ofendendo os ecologistas. Esses problemas de quantidade e volume d'água, precipitações pluviométricas, transcendem a ação do homem. Não é a ação do homem que está fazendo com que as chuvas caiam menos em determinada região. Isso ainda deverá ser provado, através de tecnologia avançada. Parece que, na realidade, não há indicação do princípio de um rio e nem perspectivas do fim desse rio. Não adianta lamentar que ele esteja com um baixo volume d'água hoje, já foi um rio perene, caudaloso, hoje é apenas um fio d'água que mal consegue abrir caminho na areia do seu leito. O homem não pode fazer nada a esse respeito, a não ser naturalmente construir reservatórios enormes ao longo desse rio para tentar perenizar este curso. Sobre as precipitações atmosféricas, sobre a quantidade de chuva que caía na região do cacau, que V. Ex.^a lamentou estivesse dando fim aos cacauzeiros da região, não há nada a se fazer. Não há o que o homem possa fazer para que cresçam as precipitações pluviométricas daquela região. Não estou fazendo este aparte ao discurso de V. Ex.^a com a intenção de contestá-lo, absolutamente. Também move-me o cuidado para que as coisas sejam feitas racionalmente, mas sei que os ecologistas, que estão na moda, levam longe demais essas coisas. Hoje não se pode mais abater uma árvore porque é um crime contra a ecologia, esquecendo que a árvore tem um período de vida, depois do qual fica impréstatível. Há um ciclo vegetativo — como lembra muito bem o meu ilustre Senador Jarbas Passarinho — que deve ser observado. A exploração da fauna, da flora tem que ser racional, mas não pode deixar de ocorrer, senão se tira a condição de sobrevivência do Homem sobre a Terra. A obrigação primeira do Homem na Terra é assegurar a sua própria vida. Este o meu ponto de vista, e longe de mim querer um confronto ou uma contestação ao que V. Ex.^a diz. Penso que devemos estudar tudo com muito cuidado, de modo racional, mas também parar um pouco com essa neurose ecológica que está tomando conta do mundo e do Brasil. Vimos, há pouco, esse movimento na região Amazônica, que tenta impedir que se construa uma das gran-

des hidrelétricas brasileiras, que irá suprir durante muitos anos as necessidades de energia das regiões Norte e Nordeste do Brasil. Este o aparte que ofereço a V. Ex.^a

O Sr. JUTAHY MAGALHÃES — Agradeço a manifestação de V. Ex.^a, embora dela discorde totalmente, porque considero, caro Senador João Lobo, que temos que lutar pela sobrevivência do Homem, temos que criar condições para a existência da humanidade, mas é exatamente em nome dessa luta que temos a preocupação com o futuro. Não podemos pensar apenas em interesses imediatistas, com aquela visão de que, se uma árvore está com o seu período de vida útil chegando ao final, então deve ser derrubada, e nada deve ser feito para que renasça outra em seu lugar.

Para aqueles que têm uma visão da economia apenas na agricultura e têm suas propriedades: uma árvore produtiva deve ser arrancada quando chega ao seu nível final de vida útil para produção, mas no seu lugar deve-se plantar outra, para que se continue mantendo a mesma produtividade. Assim, quando um cacauzeiro chega ao fim de seu período de vida útil, ele é arrancado, mas se planta outro em seu lugar, para que haja a manutenção da produtividade daquela área.

De modo geral, no País como um todo, aceito, como V. Ex.^a, que existem exageros por parte de alguns ecologistas. Isto é natural. Em todo setor, sempre há aqueles que são um pouco mais radicais. Todavia, a ecologia, hoje, é um dos pontos mais importantes, porque ela está evitando a continuidade dessa depredação que existe no mundo inteiro, não só no Brasil.

Aqueles que hoje estão querendo dar-nos lições de como conviver com a natureza também foram responsáveis pela depredação nos seus países, pela devastação de florestas. Agora, então, com esses problemas nucleares, temos que examinar isto com muito cuidado!

Srs. Senadores, este caso que vimos tratando aqui é objetivo, é um caso específico, é um caso que está ocorrendo e nós não podemos, em nome da sobrevivência, Senador João Lobo, acabar com os rios que ainda existem. Nós temos que fazer o que se está fazendo hoje naqueles rios poluídos, nas grandes cidades, em que já há uma preocupação de despoluí-los para voltar-lhes a vida.

O Sr. João Lobo — Concordo.

O Sr. JUTAHY MAGALHÃES — A vida do povo que vive à beira desses rios, a vida da natureza, a vida das fazendas, é o rio em si. Porém, com o desmatamento, acabam com o rio, defendendo a tese de que é preciso plantar exatamente nas melhores e mais produtivas áreas. Depois vem V. Ex.^a, e diz que se quer fazer omelete sem quebrar os ovos... Mas se matarem todas as galinhas, não tem mais ovo! A mesma coisa é se acabar com os rios do Brasil; não existirá mais agricultura. Vai ficar sempre dependendo de São Pedro.

O Sr. João Lobo — Permite-me V. Ex.^a mais um aparte?

O SR. JUTAHY MAGALHÃES — Pois não, com todo prazer.

O Sr. João Lobo — Senador Jutahy Magalhães, também endosso estas preocupações de V. Exª e penso que deve haver um racionalismo presidindo todas estas ações. Mas veja V. Exª que países como a França, a Alemanha, a Bélgica, e a Inglaterra só conseguiram chegar onde chegaram porque usaram as terras boas que existiam. Lá não existe mata, não existe onça, não existe jacaré, não existe coisa alguma. E se estas coisas fossem indispensáveis à vida, lá não estaria a sede da civilização do mundo. Se jacaré, se onça, enfim, se todas estas coisas que compõem o sonho delirante dos ecologistas fossem indispensáveis ao progresso da civilização ou dos países, então não existiria nada na Europa, porque lá não há nada disso, ninguém encontra jacaré na França, nem onça na Inglaterra, todas foram banidas, porque não havia convivência possível entre estes animais, entre estas coisas e a vida humana naqueles países. Agora, é muito bonito para eles ficarem lá com as terras boas, produzindo sementes e alimentos, com as matas todas mudadas, olhando para o primitivismo do Brasil e dizendo que a Amazônia é o pulmão do mundo. Não se toca na Amazônia! Como diz este nosso comentarista da televisão, Joelmir Beting: "Eles já acabaram com o pulmão deles e agora estão querendo que nós protejamos o nosso, para ser deles". Quem vai pagar ao Brasil o preço de continuar com este espetáculo primitivo das grandes matas, dos grandes rios, das grandes florestas intocadas? Quem vai pagar isso ao Brasil? Por que não podemos fazer uma hidroelétrica num rio amazônico? Porque vai mudar a paisagem da Amazônia, que será deleite dos povos civilizados da Europa, dos povos civilizados dos Estados Unidos. Isto é muito bonito de ser dito, de ser falado, mas quem vai pagar o preço disto tudo? V. Exª, Senador Jutahy Magalhães, é um homem que defende seus argumentos com muito ardor. Compreendo a preocupação de V. Exª com relação à região específica de que está falando, mas estou apenas tentando discutir um assunto que são temas gerais. Não me move, absolutamente, o interesse de contestar a fala de V. Exª. Apenas, aproveitando a oportunidade, gostaria de externar este ponto de vista, porque parece que ninguém hoje, tem coragem de dizer estas coisas: não se pode mais cortar uma árvore, não se pode mais fazer uma hidroelétrica num rio porque contraria-se o regime dos peixes, o rio se torna inavergável ou pouco idílico. Então, todas estas coisas estão sufocando o desenvolvimento da civilização no Brasil. Agradeço a V. Exª.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES — Nobre Senador, V. Exª, mais uma vez, manifestou um pensamento inteiramente oposto ao que vimos defendendo, mas é exatamente aí que está a vantagem do diálogo. V. Exª insere, no meu pronunciamento, uma tese inteiramente diferente daquela que procuramos mostrar como a mais conveniente para o País. Não consideramos, Sr. Senador, que não possa-

mos fazer uma hidrelétrica na Amazonas, mas pensamos que, antes de construí-la, devemos fazer um estudo aprofundado do que ela representará quais as terras que serão inundadas, o que aquilo vai criar...

O Sr. João Lobo — Mas, nobre Senador, isto faz parte do projeto da hidroelétrica.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES — Temos, por exemplo, Tucuruí, com todos os defeitos que ocorreram na construção dessa obra; temos uma floresta que foi ali inundada e com todos os males que os cientistas demonstram que ocorrem com aquela madeira, que está debaixo d'água, em Tucuruí, prejudicando o meio ambiente da Região. Na verdade, não sabemos o que representa aquela terra que está aí submersa. Temos o preço de uma construção de uma hidroelétrica, sabemos o quanto vai custar a parte de engenharia. Agora, temos que ver que aquela região pode provocar uma inundação numa área muito ampla, exatamente por não ter queda para a geração de energia, porque o filete mingon do Brasil, praticamente, acabou com Itaipu. Agora temos que inundar vastas áreas. O que está debaixo daquela terra? Temos primeiro que examinar o quanto vai custar aquela inundação. V. Exª disse que não temos nada a ver com o jacaré, com onça, mas observamos que estes animais fazem parte da natureza e do seu equilíbrio. Temos que ver que isso faz parte não só da natureza como das nossas próprias riquezas. V. Exª pergunta se na França ou na Alemanha tem jacaré. Não sei se tem, mas que eles gostam de utilizar as nossas bolsas sapados de couro de jacarés, disto eles gostam! Usam e vendem muito caro estes produtos.

Quero dizer a V. Exª que, se estou tratando no caso específico, não me preocupa apenas este caso específico, que hoje me foi trazido por três prefeitos da região. Estão preocupados com a sobrevivência da população daquela região, que dizem que se continuar o que está ocorrendo, sem uma medida de imediato, urgente, é um SOS que se está levando a este Governo, se não houver uma medida de imediato, para acabar com o desmatamento daquela região, no próximo ano, com a seca que tem vindo anualmente e atingindo-a, haverá um sacrifício de toda aquela população.

Acredito, Sr. Senador, que estou tratando especificamente de uma área, mas, na realidade, estou lançando um apelo para todo o Brasil, para que isso não ocorra nas dezenas, nas centenas, nos milhares de rios e riachos que atravessam nosso território.

O Sr. Ney Maranhão — Permite-me V. Exª um aparte?

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro) — Pediria a V. Exª que, após conceder o aparte, encerrasse o seu pronunciamento.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES — Concedo o aparte ao nobre Senador Ney Maranhão, com todo o prazer, agradecendo muito a benevolência da Mesa.

O Sr. Ney Maranhão — Senador Jutahy Magalhães, como sempre, V. Exª traz a esta Casa assuntos de muita importância e de muito interesse, principalmente como defensor intransigente — que V. Exª é — do Nordeste. Lembro-me que, há uns quinze anos, um ecologista, muito conhecido no Brasil, principalmente no Nordeste, Gonçalves Sobrinho, dizia que o desmatamento nas margens do rio São Francisco iria torná-lo seco. E é justamente para isto que V. Exª está alertando, aqui, no Senado Federal. Mais grave ainda, é a falta de energia que vamos ter, futuramente, como decorrência desse desmatamento. Assim sendo, Senador Jutahy Magalhães, parabênize V. Exª, lembrando sempre a frase daquele grande Ministro da Viação e Obras Públicas de Getúlio Vargas, José Américo de Almeida, que dizia que o rio São Francisco precisava molhar as terras do Nordeste, as terras calcinadas pela seca e, com isso, tomar o Nordeste a Califórnia da América do Sul. Da maneira como está sendo feito o desmatamento, sem nenhuma regra, isso não vai acontecer. Parabéns a V. Exª por esse magnífico discurso que está pronunciando em defesa do rio São Francisco e da região Nordeste.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES — Agradeço a V. Exª, Senador Ney Maranhão. V. Exª, quase que diariamente, mostra aqui a sua preocupação com essas questões, não apenas de interesse regional, mas de interesse do País.

Para encerrar, gostaria de tomar o papel do Senador Lourival Baptista e dizer que "podem acabar com os pulmões do mundo. Mas não é porque muitos acabam com os seus próprios pulmões que aqueles que ainda estão intactos devem continuar fumando para acabar, também, com o seu próprio pulmão". Eu não aceito esta tese de que a Amazônia é o pulmão do mundo. Não, isso é uma frase de efeito. Não é verdadeiro. Mas o que eu posso afirmar é que, se não tomarmos as medidas necessárias para acabar com essas devastações nas nossas florestas, nas cabeceiras dos rios, das margens do São Francisco, nós não teremos mais condições, no futuro, de mantermos, não apenas a produção de energia do São Francisco, mas as condições mínimas de vida daqueles que vivem nas beiradas desses rios e que deles tiram um pouco da sua vida, porque esses rios terão acabado.

Por isso o meu apelo aos Srs. Senadores para que apoiem o projeto, que, dentro de alguns dias, deverá entrar na Ordem do Dia. Meu apelo maior àqueles que estão aqui e que por acaso sejam do governo, que levem esse SOS de que é preciso acabar com as licenças que o IBDF tem dado, com as quais praticamente se legaliza a extinção dos rios do Brasil. É por isso que tenho que fazer este apelo: que seja levado às autoridades competentes o pedido do Senado Federal.

Sr. Presidente e Srs. Senadores, outro assunto traz-me à tribuna.

A veemente denúncia do Presidente José Sarney de que o Brasil está "sofrendo restrições" da comunidade financeira internacional merece todo nosso aplauso. Não se diga, hoje

e futuramente, que a oposição de que fazemos parte, não soube respaldar decisões firmes do atual Governo quando elas envolviam indiscutível interesse nacional ou público.

Cabe-nos, porém, a advertência: Por que o Brasil não se "armou" adequadamente contra estas restrições, levando a termo uma negociação menos subserviente com os credores? Aqui desta tribuna, condenando o fim da moratória, nós advertimos para o excessivo "bom-mocismo" do Ministro Mailson da Nóbrega em sua inoportuna tentativa de "normalizar" as relações do Brasil com a comunidade financeira internacional. Por várias vezes, também, condenamos as atitudes francamente intervencionistas do Fundo Monetário Internacional sobre a política econômica do País, sob a alegação de ajuste aos seus critérios para concessão de financiamentos ou monitoramento. O que se vê e assiste, agora, na questão dos financiamentos externos envolvendo projeto de infra-estrutura na Amazônia, é um corolário deste tipo de intervencionismo externo, que devemos repelir com a mesma ênfase que o fizemos com o FMI. Lamentável que o Governo só agora perceba as garras do interesse externo. No caso dos empréstimos "presos" do FMI, BIRD e BID, então, já não se trata de apetites financeiros, mas verdadeira "gula" destes organismos internacionais que há tempos já deveriam ter-se apercebido da nova realidade dos mercados financeiros internacionais em lugar de enaltecer os artigos dos estatutos de sua Constituição para drenar ainda mais os países devedores de suas preciosas divisas.

É o próprio Presidente Sarney que nos informa, em declarações à imprensa publicada no dia 28 de fevereiro, que o "Brasil conta com US\$ 1,150 bilhão de recursos pendentes com organismos internacionais que deviam ter sido liberados no final do ano passado". O Presidente, certamente, sabe a importância destes recursos para o êxito do Plano Verão, pois esta é a única saída para manter uma política não inflacionária de financiamento do déficit público.

Estes recursos, aparentemente não virão. E comprometerão a continuidade do Plano Verão. Mas descobrimos que além de não virem porque os projetos que lhes deram origem estão bloqueados, como o destinado à Eletrobrás, estamos pagando uma multa de 0,75% ao ano sobre os recursos do BIRD e 1,25% a.a. sobre os do BID. Ora, segundo o Ministro Clodoaldo Huguene, Secretário de Assuntos Internacionais da Seplan, isto se refere a "boa parte" dos US\$ 5 bilhões já contratados e que não estão sendo liberados em razão da descapitalização das empresas tomadoras que não encontram meios próprios ou do Tesouro para o aporte de suas contrapartes.

Admitindo-se que esta "boa parte" seja algo em torno de 60% e que a média das multas seja de 1% estamos pagando cerca de US\$ 30 milhões como penitência pelo pecado que sequer imaginamos cometer: pegar no dinheiro externo.

Ora isto não é justo! Paga-se para ver um espetáculo, mas jamais o do auto-flagelo. Este, se existe, é o resultado, quando muito, da consciência culpada do pecador que se fende à dor com penitência. Mas sem preocupações comerciais ou espetaculosas sobre seu ato. Nem cobra nem paga. No caso das multas pagas pelo Brasil pelo não uso do dinheiro alheio, o pecador, no caso o Governo brasileiro, acaba fazendo o papel do MIDAS ao contrário. Transforma o ouro que não chega a tocar em flagelo para o país inteiro.

Obrigado, Sr. Presidente.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro)

— Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 44, DE 1989

Nos termos do art. 185 do Regimento Interno, requeremos que o tempo destinado aos oradores do Expediente da sessão de 12 de abril de 1989, seja dedicado a homenagear a memória do ex-Senador Amaral Peixoto.

Sala das Sessões, 21 de março de 1989.
— Nelson Carneiro — Jarbas Passarinho —
Jutahy Magalhães — Aureo Mello — Lavoisier
Maia — Nabor Júnior — Mauro Benevides
— Francisco Rollemberg

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro)

— De acordo com o art. 279, I, do Regimento Interno, esse requerimento será objeto de deliberação após a Ordem do Dia.

COMPARECEM MAIS OS SRS: SENADORES:

Jarbas Passarinho — Carlos Patrocínio —
João Castelo — Marco Maciel — Mendes Ca-
nale.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro)

— Está finda a Hora do Expediente.
Passa-se à

ORDEM DO DIA

Presentes na Casa 33 Srs. Senadores. Não há *quorum* para votação. Em consequência, os itens da Ordem do Dia que estão em fase de votação ficam adiados para a próxima sessão ordinária.

Fica também adiada a discussão do Projeto de Lei da Câmara nº 19, de 1985, correspondente ao item 6 da pauta, por depender de votação de requerimento.

Fica também adiada a votação do Requerimento nº 44/89, lido no Expediente.

São os seguintes os itens cuja apreciação fica adiada:

1

Votação, em turno único, do veto total aposto ao Projeto de Lei do Senado nº 48, de 1987-DF, que introduz alterações no Código Tributário do Distrito Federal, instituído pelo Decreto-Lei nº 82, de 26 de dezembro de 1986, e dá outras provi-

dências. (Dependendo do relatório da Comissão do Distrito Federal.)

2

Votação, em turno único, do veto parcial aposto ao Projeto de Lei do DF nº 3, de 1988, que institui, no Distrito Federal, o Imposto sobre Vendas a Varejo de Combustíveis Líquidos e Gasosos, e dá outras providências. (Dependendo do relatório da Comissão do Distrito Federal.)
Parte vetada: único do art. 6º

3

Votação, em turno único, do veto parcial aposto ao Projeto de Lei do DF nº 5, de 1988, que dispõe sobre os vencimentos dos conselheiros, auditores e membros do Ministério Público do Tribunal de Contas do Distrito Federal. (Dependendo do relatório da Comissão do Distrito Federal.)

Parte vetada: art. 4º

4

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 13, de 1985 (nº 3.413/80, na Casa de origem), que institui a obrigatoriedade de seguro, nos financiamentos de investimentos rurais, cobrindo o risco de morte ou invalidez permanente, tendo

PARECERES FAVORÁVEIS, sob nº 1.052 e 1.053, de 1985, da Comissão:

— de Economia; e

— de Finanças.

5

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 105, de 1985 (nº 2.569/76, na Casa de origem), que fixa a Capital da República como sede do Conselho Nacional de Desportos, tendo **PARECER FAVORÁVEL**, sob nº 874, de 1985, da Comissão:

— de Educação e Cultura.

6

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 19, de 1985 (nº 2.789/83, na Casa de origem), que dá o nome de "Guarulhos" ao aeroporto em construção no município paulista do mesmo nome e determina outras providências, tendo

PARECER FAVORÁVEL, sob nº 403, de 1985, da Comissão

— de Transportes, Comunicações e Obras Públicas.

(Dependendo da votação do Requerimento nº 42, de 1989, de autoria do Senador Leopoldo Peres, de adiamento da discussão por 30 dias.)

O SR. PRESIDENTE (Nelson Carneiro)

— Volta-se à lista de oradores.

Concedo a palavra ao nobre Senador Aureo Mello.

O SR. AUREO MELLO PRONUNCIA DISCURSO QUE, ENTREGUE À REVISTA DO ORADOR, SERÁ PUBLICADO POSTERIORMENTE.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) — Concedo a palavra ao nobre Senador Cid Sabóia de Carvalho.

O SR. CID SABÓIA DE CARVALHO (PMDB — CE. Pronuncia o seguinte discurso.)

— Sr. Presidente, Srs. Senadores, quando partiu Aurélio Buarque de Holanda em busca de outra vida, pretendia eu, da tribuna do Senado Federal, pronunciar-me sobre o primoroso intelectual. A vida parlamentar, principalmente agora, rouba-nos de vários propósitos, deixando-nos quase sem tempo e oportunidade, em face dos trabalhos vários e dos temas que não comportam adiamento. Antes que me fosse possível, outro orador falou do falecimento de Aurélio e, assim, aguardei melhor momento para fazê-lo, o que agora é possível. Minha fala não é nada de especial e, aliás, torna-se apenas um depoimento que se soma aos muitos, ocupando espaços valiosos nas melhores páginas de nossa imprensa.

Li, em um desses depoimentos, que Aurélio sempre prometia ou desejava ter um caderninho de notas para aprisionar palavras que seriam estudadas para seu dicionário. Mas nunca o fazia. Achei estranho, pois em todas as vezes que vi e falei com Aurélio estava ele armado de lápis e papel para uma verdadeira caça às borboletas que mais amou: as palavras vivas na boca da gente.

Partiu Aurélio Buarque de Holanda. O mal de Parkinson terminou por nos privar do mestre. Mas há um consolo. Viveu setenta e oito anos que foram o suficiente para nos deixar uma grande obra, escrita e falada. Não, não é só o seu trabalho dicionarista. Foi muito mais.

Conheci Aurélio, Sr. Presidente, há cerca de quinze anos ou um pouco mais. Estive em Fortaleza várias vezes, atendendo a Paulo Peroba, a quem tanto admirava. Nunca estive em nossa cidade que não fosse ao meu programa de rádio, onde muitas vezes o entrevistei provocando-o ao máximo, a fim de que os ouvintes tirassem o maior proveito possível. Tenho seus livros com graciosos oferecimentos. A primeira edição de seu dicionário, edição de luxo, guardo como reliquia cheia da emoção que me toca quando necessariamente a consulto. Os cearenses ouviram minhas conversas com Aurélio, através da Rádio Uirapuru e Rádio Cidade. Tenho algumas fitas gravadas onde dialogo com a voz que acaba de fazer silêncio.

Ao deixar o Senado, no dia do seu falecimento, por volta das vinte e duas horas, nada sabia. Chegando para jantar fui informado pela minha mulher de sua morte. Morte, Srs. Senadores, é um termo muito forte, excessivamente teleológico, para minha fé e para a grandeza do mestre de todos nós. Pensei no mal de Parkinson. Recordei que, certo dia, conversando com Aurélio, em minha sala, o mestre foi interrompido por uma doença no meio de

uma frase. Tomou um ar de alheamento. Voltou, pediu desculpas e confessou que havia perdido a sintonia como que estávamos falando. Diante do microfone isso também ocorreu, mas foi rápido ao perceber e o ouvinte não notou, pois falei de imediato sobre o silêncio de Aurélio, enquanto me solidarizava com seu ar de espanto e dor.

Um dia, Sr. Presidente, Aurélio demorou mais em meu escritório que funcionava no prédio da então TV-Uirapuru, Rádio Uirapuru, posteriormente TV-Cidade-Rádio Cidade. Viu minhas telas pelas paredes. Deteve-se diante de algumas! Uma das pequenas pinturas despertou seu interesse. Pediu-me. Dei-a. Falou-me de telas valiosas que colecionava em um apartamento comprado com os direitos autorais que judicialmente conseguira receber, explicou com certo orgulho. Depois, por uma fotografia, soube de minha tela entre seus primores. Estremeci diante de um riso amigo do Paulo Peroba, sentou-se diante de mim. Lembrou que um médico lhe dissera que ninguém devia ficar distraidamente balançando o pé ou a perna. Faz mal. Notava-se um pouco de hipocondria no mestre, depois de um susto que o acometera. Veio o momento de espanto. Falávamos de Camillo, Eça, Dom Francisco Manuel de Melo. Se Machado de Assis era um mestre ou não. Discordava valentemente de Silveira Bueno, impiedoso com relação a Machado e muito pródigo nos conceitos relativos aos conhecimentos de Carolina, mulher de Machado. Certas palavras que não incluiu em seu dicionário. Outras que lá estavam sobrando, talvez. Mestre Aurélio, banidos os intervalos de silêncio, passou a relembrar autores os mais diversos. Lembrou-me de que falávamos de César Coelho, em cujo livro Aurélio aprisionou algumas borboletas. Caçava palavras e cassava palavras. Caçava palavras como quem prende borboletas, usando seu inseparável cademinho. Cassava palavras quando as tinha por arcaicas. Lembrei-lhe a a palavra absoluto em um sentido distante de obsoleto. Indiquei-lhe o clássico que registrou obsoleto. Essa palavra não era uma borboleta. Era um elefante. Branco elefante, por certo, não a quis.

Um dia, no estúdio; Aurélio Buarque de Holanda esperava que eu terminasse meu noticiário. Ouvia notícias e comentários como se não fosse uma pessoa tão especial. De repente sacou do cademinho. Tinha um lápis e uma caneta. Fez duas anotações que já não me recordo; depois, que o sentido era inteiramente novo e não estava em seu dicionário. Brinquei dizendo que no Ceará é assim.

Sr. Presidente e Srs. Senadores, partiu um homem muito combatido. Há gramáticos, filólogos e puristas de um modo geral que acham que anotou a gíria e não a Língua. Conversei com ele sobre isso e ele sugeriu mais ou menos assim: "Já que você é professor universitário faça um favor, ensine a essa gente um pouco de sociologia, especialmente sua dinâmica. Fale de processos sociais e diga que é muito perigoso achar que a gramática é maior que o povo, a fonte perene da língua e onde ela deve existir mesmo, mais como cultura do que como preciosismo". A palavra

cultura o mestre usou no sentido sociológico e não com a significação de conhecimentos.

Seis milhões de exemplares vendidos somente de uma obra, um dicionário. Aurélio, um monstro!

Agora, de Aurélio, fica a obra literária, inclusive excelentes traduções, seu dicionário, trabalhos em dicionários alheios, uma magnífica passagem pela Academia Brasileira de Letras, um número considerável de esmeradas entrevistas e tanta e tanta coisa valiosa. Mas o precioso mesmo é seu exemplo de trabalho e de persistência. Somente a morte poderia mesmo parar esse homem. Seu dicionário é exemplo de civismo e de respeito ao povo. Nunca quis ser Aurélio um estúpido purista, daqueles que pensam que a língua deve ser guardada nos museus quando, na verdade, o povo é a língua. A língua é toda uma síntese cultural, viva, latente, indômita, bárbara e indomável.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) — Concedo a palavra ao nobre Senador Francisco Rollemberg.

O SR. FRANCISCO ROLLEMBERG (PMDB — SE. Pronuncia o seguinte discurso.)

— Sr. Presidente, Srs. Senadores, apresentamos na Sessão do Senado de 17 de março, do corrente ano, projeto de lei dispondo sobre a obrigatoriedade de cadastramento e autorização especial junto ao Departamento de Polícia Federal das pessoas físicas ou jurídicas que manipulam substâncias químicas utilizadas na produção de cocaína.

Voltamos a esse grave problema mundial, Sr. Presidente, procurando esmiuçá-lo mediante dados históricos, técnicos, jurídicos que possam ser de utilidade para o seu discernimento.

Iniciaremos estas palavras com uma rápida retrospectiva histórica em relação ao uso da cocaína.

À época das grandes descobertas, os conquistadores espanhóis, ao entrarem em contato com os Incas, tomaram conhecimento de que as folhas da coca, quando mascadas, induziam a sensação de euforia e exacerbada capacidade para o trabalho. O seu uso, porém, não era disseminado. Pelo contrário. O imperador Inca mantinha estreito controle sobre as plantações e o uso da coca era o maior privilégio, raramente concedido a um cidadão. Qualquer outra forma de utilização era punida com a morte. Posteriormente, com a destruição do Império Inca, os colonizadores incentivaram a disseminação das plantações de coca e a generalização do seu uso, com vistas a uma maior eficiência dos trabalhadores braçais. Hoje em dia, praticamente todos os habitantes dos países andinos fazem ou fizeram uso da coca.

A coca foi introduzida na Europa, ainda no século XVI, pelos espanhóis, tendo, então, utilização sofisticada e recreativa nas cortes. A França teria sido levada por Josep de Jussieu, em 1750. Por esta época, passou-se a notar os efeitos medicamentosos da planta, como

a vasoconstrição e a anestesia local. A cocaína foi, finalmente, isolada em 1855 por Gaedecke e Nieman, em 1859. Posteriormente, Halsted estabeleceu o seu uso em anestesia por bloqueio espinhal. A busca de similares sintéticas resultou no grande avanço da síntese da cocaína, em 1905.

Do ponto de vista farmacológico, a cocaína é um alcalóide denominada quimicamente de benzoilmetilecaina, extraído da folha do *Erythroxylon coca*, um arbusto de 1 a 2 metros de altura, dotado de flores brancas, crescendo bem em altitudes de 500 a 2.000 metros, em terrenos argilosos, predominando nos países andinos, notadamente Peru, Bolívia e Colômbia. Em verdade, a folha da coca faz parte do brasão do Peru. A coca fornece, também, outros alcalóides como a truxilococaína, a isatropilococaína, a cocaína, cocatina, truxilina, a cinamil-cocaína, a tropacocaína, a alopina, a psicaína, a eucaina, a estovaina, a tutocaina, a novocaína.

Farmacologicamente, a cocaína pertence ao grupo terapêutico dos psicoanalépticos ou estimulantes, induzindo os seguintes efeitos: sensação de euforia ou disforia, disposição para realizações, sensações de autoconfiança, de superação; taquicardia; elevação da pressão arterial; vasoconstrição periférica, elevação da temperatura e do metabolismo basal; questionável aumento do desempenho muscular; aumento da libido, perda de apetite. Em doses elevadas pode provocar: angina "pectoris"; edema pulmonar agudo; convulsões tônico-clônicas, hipertemia maligna; pobre desempenho sexual etc. O uso crônico, por aspiração, pode resultar na perfuração do septo nasal devido à vasoconstrição mucosa. A sua absorção é eficiente por aspiração ou por ingestão. É metabolizada, preferencialmente, por esterases, plasmáticas. A sua vida média se aproxima de 1 hora. A dose letal em ratos é 17,6mg/kg. No entanto, em seres humanos, as doses letais têm variado de 200mg a 1,5g IV. 16mg de cocaína equivalem a 10mg de dextroanfetamina. A sua ação anestésica local é devida à indução da elevação da permeabilidade da membrana celular aos íons sódio e redução da mesma aos íons proteína, o que resulta na elevação de limiar de excitabilidade, bloqueados os impulsos nervosos. Além disto, a cocaína reduz a recaptação (uptake I) das catecolaminas, elevando o tempo de atuação sináptica, resultando nos efeitos vasoconstritores e excitantes da droga.

Em relação ao comércio e ao tráfico de cocaína, se bem que o Peru, a Colômbia e a Bolívia sejam os grandes produtores da cocaína, o Brasil, o Equador e Java têm uma produção complementar. Somente na Bolívia são plantados mais de 23.000 hectares de coca, em regiões próximas de La Paz e de Cochabamba. No Peru, as principais regiões produtivas são Cuzco, Ayacucho e Huanuco. Os pontos onde ocorre a maior parte das exportações ilícitas se situam em Santa Cruz de La Sierra, Camiri, San José de Los Chiquitos, Porto Suarez e Cochabamba. Estimam-se que, somente no Peru, dois milhões de índios con-

somem mais de 100 toneladas de folhas de coca/ano.

A dependência, ou cocainismo, foi descrita, inicialmente, por Bentley, em 1878. Os usuários utilizam a droga na concentração variável de 4 a 10% de cocaína pura.

De acordo com essas pesquisas, as razões que mais conduzem ao abuso de cocaína são:

- 1) curiosidade — 52%;
- 2) tratamento médico ou automedicação (?) — 9%;
- 3) problema de afirmação pessoal ou ação "con Tracultural" — 9%;
- 4) imitação — 1,8%;
- 5) manutenção prolongada da eficiência — 2%;
- 6) outras razões — 11,5%.

A cocaína, do grupo dos excitantes, se situa entre os entorpecentes mais usados:

- 1) anfetamina e cocaína — 39,6%;
- 2) maconha — 30,5%;
- 3) tranqüilizante — 12,6%;
- 4) outros — 10,1%;
- 5) barbitúricos — 7,3%;
- 6) LSD 25 — 18% (Murad, Costa Filho, 1975).

Estudos revelam que nos Estados Unidos 28% de adultos jovens já entraram em contato com a cocaína, pelo menos, uma vez, e 7% a usam esporadicamente, caracterizando a generalização do uso e a extensão da gravidade do problema.

Cabe-nos por fim, Sr. Presidente, examinar os aspectos jurídicos que envolvem os entorpecentes.

No âmbito internacional, a França foi o berço da legislação repressiva sobre uso dos entorpecentes. Essa legislação pioneira, promulgada em 8-10-1800, por Napoleão Bonaparte, visava à coibição do uso de haxixe no Egito. No presente, a legislação penal, em seus arts. 627 e 630, e a Legislação de Saúde Pública prevêem a prisão de 2 a 10 anos e multa de até 500.000 francos para o tráfico de drogas.

Em 1914, o Congresso Americano, através do Harrison's Act, considerou ilegal o uso, a produção e a comercialização do ópio, da morfina, da heroína e de outras drogas. Em 1937, o Marijuana Tax Act reforçou e ampliou aquele ato. Em 1971, a Lei Federal de Drogas passou a prever a pena de 2 a 10 anos de reclusão para a posse, 5 a 20 anos para o tráfico e multas de até 20.000 dólares. A reincidência pode ser punida com a prisão perpétua.

A Alemanha, por sua vez, editou, em 1929, o Opiengesetz (10-12-1928), a lei recente de 29-5-1968 impõe pena de 3 anos e multa de 5 a 1.000 marcos para casos de uso de entorpecentes.

Na Inglaterra, encontra-se em vigor o Dangerous Drugs Act, de 1964, estabelecendo prisão de 7 anos por uso ou porte de ópio, morfina, heroína, LSD, DMT, STP etc. A maconha e/ou anfetaminas resultam em prisão por 5 anos. O traficante é penalizado com 14 anos de prisão.

No Irã, a partir de 1969, a pena para o tráfico de entorpecentes é a prisão perpétua e, em alguns casos, a morte.

Já em nosso âmbito as Ordenações Filipinas, em seu Título LXXXIX, estabelece "que ninguém tenha em casa a Rosalgar (cópia), nem o venda, nem outro material venenoso". Já o Código Criminal do Império brasileiro mantinha silêncio sobre a matéria, que passou a ser disciplina pelo Regulamento de 29 de setembro de 1851, que trata da polícia sanitária (art. 51) e da venda de produtos medicinais (art. 68). O Código de 1890 considerou crime contra a saúde pública: "... expor a venda ou ministrar substâncias venenosas..." (art. 159). A pena era multa de 200 a 500 mil réis. Em realidade, até a I Guerra Mundial o Brasil não tinha demonstrado, cabalmente, maiores preocupações com o abuso de drogas. No entanto, Inspirados na Convenção de Haia, de 1921, nossos legisladores elaboraram o Decreto nº 4.294, de 6-7-1921, coibindo o uso de ópio e de cocaína no País. Posteriormente, como consequência da Convenção de Genebra, de 1936, foi elaborado o Decreto-Lei nº 591, de 25-11-1948, disciplinando o uso, a produção e o consumo de substâncias entorpecentes. Em 1942, com a entrada em vigor do atual Código Penal, ficou disciplinada a matéria. Em 1968, com base em resoluções das Nações Unidas, o Serviço Nacional de Fiscalização de Medicina e Farmácia regulamentou a extração, a produção, a fabricação, a transferência, a venda, etc. dos entorpecentes. O assunto foi, posteriormente, revisado e aprofundado na atual Lei dos Tóxicos (nº 6.368, de 21-10-76). A atual Carta Magna (art. 5º, XLIII) considerou o tráfico de entorpecentes como crime inafiançável.

Se, por um lado, as substâncias entorpecentes foram razoavelmente colocadas sob controle no atual arcabouço jurídico (Portarias MS nº 27, de 24-10-86 e nº 28, de 13-11-86) o mesmo não pode ser dito com referência à produção ilegal delas. O controle sobre as matérias-primas utilizadas na extração e purificação da cocaína, por exemplo, é baseado em precária base legal (Portaria MS nº 15, de 8-10-81), onde não existe a previsão de penalização exemplar. Mesmo assim, a Divisão de Repressão de Entorpecentes do Departamento de Polícia Federal tem exercido intensa vigilância e coibição das exportações das substâncias químicas usadas na extração de cocaína, em nível de fronteiras suspeitas. Como resultado, os produtores de cocaína transferiram os seus sofisticados laboratórios desmontáveis para o interior do Brasil, em verdadeira operação "industrial-militar".

Por essas razões, tornou-se indispensável a elaboração de cadastro computadorizado no órgão repressor do tráfico de entorpecentes, dos produtores e usuários em nível comercial progressivo. Além disso, certas ações, como a posse, o transporte, o armazenamento, a importação ou a exportação daquelas substâncias químicas, devem ser especialmente autorizadas pela Polícia Federal. Esperamos que o Projeto de Lei, tal como redigido, venha a se constituir no avanço necessário para o

exercício pleno da coibição da produção de entorpecentes, sem incursões deletérias sobre as atividades comerciais ou industriais lícitas.

Na expectativa de que essas considerações técnicas e históricas sobre a cocaína possam ser relevantes para a compreensão e discussão do referido projeto, Sr. Presidente, solicitamos-lhe conceda sejam as palavras aqui proferidas parte integrante da justificação do Projeto de Lei do Senado nº 39, de 1989 e do respectivo avulso.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente, Srs. Senadores. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) — Concedo a palavra ao nobre Senador Lourival Baptista.

O SR. LOURIVAL BAPTISTA (PFL — SE. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, foi com justificada satisfação, e sumamente honrado, que compareci, no último dia 16 do corrente mês, à solenidade de abertura do *I Congresso Nacional de Autismo* promovido pela Associação Terapêutica Educacional para Crianças Autistas — ASTECA/DF, convidado que fui para essa solenidade.

Preliminarmente, desejo expressar os meus agradecimentos pela distinção que me foi conferida no sentido de participar do Encontro Nacional destinado ao exame em profundidade, no contexto de uma abordagem multidisciplinar de natureza científica, terapêutica e educacional, de um dos mais dramáticos e complexos problemas que devem ser enfrentados, o Autismo, grave enfermidade que afflige, em todo o mundo, famílias das mais variadas características raciais, étnicas e sociais, ou seja, conforme assinalou a Organização Mundial de Saúde (OMS), uma Síndrome cujas causas não foram identificadas e que, apesar dos mais sofisticados avanços em vários centros mundiais, também ainda não tem cura.

Não me seria lícito omitir-me, no Senado Federal, diante dos sofrimentos e das angústias dos pais das crianças autistas, que estão se reunindo e mobilizando, em todo o País, através da (ABRA) Associação Brasileira de Autismo, e das Associações de Pais e Amigos dos Autistas, visando encontrar soluções, ampliar e aprofundar conhecimentos objetivos sobre o assunto, e efetuar um amplo e racional intercâmbio de experiências relativas às abordagens clínicas e psicopedagógicas do Autismo, na multiplicidade dos seus aspectos teóricos e práticos.

São estas as razões que me levam à tribuna do Senado Federal, nun pronunciamento específico, embora conciso, sobre o problema, além do meu profundo interesse, como médico, em prestigiar o *I Congresso Nacional de Autismo* e enaltecer a Comissão Organizadora e os ilustres membros da sua Comissão Científica.

Neste sentido, cumpro o dever de felicitar a Presidente de Honra, Dona Marly Samoy, a Patronesse, Dona Wesly Pelles Roriz; a Presidente do Congresso, Professora Ana Maria P. Bereohff; a Presidente da Comissão Organi-

zadora, Magali de Fátima M. Roriz; a Secretária da Asteca, Nusarete Margarida L. Campos; a Coordenadora, Deusina Lopes da Silva, Vice-Presidente da Asteca; os componentes da Comissão, Ana Maria Santana Marques, Jair Freitas Cordeiro e José Bráulio Brito; a Coordenadora da Comissão Científica, Psicóloga Ana Maria P. Bereohff, e os demais componentes dessa Comissão: Psicóloga, Celiane Ferreira Secunho; Psicanalista Dr. Geraldo Arantes Junior; Psicóloga Maria Júlia Kovacs; Pedagogas Maria de Lourdes Canziani e Marisa Araújo Cordeiro; e a Terapeuta Ocupacional Sônia Falcão Artacho.

Impressionou-me a grande quantidade de senhoras e pessoas das mais variadas classes sociais, interessadas no assunto, que lotaram, completamente, o auditório do Palácio das Convenções a fim de participarem do evento, destacando-se representantes das organizações vinculadas ao Autismo, provenientes de todos os Estados da Federação, inclusive de Sergipe.

Falaram na oportunidade, abrindo o Congresso, a Professora Ana Maria Bereohff, Presidente do Congresso, a Professora Magali de Fátima Roriz, Presidente da Associação Terapêutica Educacional para Crianças Autistas, Professora Josefina Bayoc, representante da Secretaria de Educação do Governo do Distrito Federal, Doutor José Ronaldo Fidells, Presidente da Associação Brasileira de Autismo, e Dr. Stanislaw Krynski que proferiu a palestra "O autismo e a realidade brasileira".

Ele é Professor Titular de Psicologia Médico e Psiquiatria da Faculdade de Ciências Médicas da Santa Casa de São Paulo e membro do Comitê de Infância e Adolescência da Organização Mundial de Saúde.

Foi discípulo e contemporâneo de Leo Kanner que foi o primeiro cientista a descrever essa doença em 1943.

Não tenho a menor dúvida que o aludido Congresso, ontem iniciado e que prosseguirá até o próximo dia 19 — já inscritas, até ontem, mais de 3.000 pessoas interessadas no assunto —, foi um acontecimento que despertou um profundo e generalizado interesse da população tanto de Brasília, como de muitos estados.

Solicito sejam incorporados ao texto deste meu pronunciamento, os discursos proferidos pela Professora Ana Maria Bereohff, Presidente do Congresso, e pela Professora Magali de Fátima Roriz, Presidente da Associação Terapêutica de Educação, assim com o Programa completo do Congresso, abrangendo também subtemas, cursos, atividades, e os conferencistas internacionais e a carta convite que me foi dirigida pela Vice-Presidente da Asteca, Professora Deusina Lopes da Silva.

Congratulo-me, por conseguinte, com todos os membros dessa magnífica equipe de especialistas, competentes e humanitários, pelos trabalhos que estão sendo realizados, na certeza de que todos os objetivos colimados pelo Congresso Nacional de Autismo alcançarão êxito incontestável.

No Senado Federal estarei atento e à disposição, no que puder ser útil, desses abnegados

e valorosos técnicos e especialistas que se engajaram nesta campanha, a serviço de uma causa profundamente humana, que vem minorar os sofrimentos de milhares de famílias, cujos entes queridos foram atingidos pela terrível enfermidade geradora de tristezas, angústias e sofrimentos. (Muito bem! Palmas.)

Era o que tinha a dizer Sr. Presidente.

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. LOURIVAL BAPTISTA EM SEU DISCURSO:

"Pronunciamento da Professora Ana Maria Bereohff — Presidente do Congresso.

Presados congressistas,

Já há muito tempo que vem se delineando entre profissionais e pais de autistas o desejo de realizar um encontro de onde se pudesse avaliar, num enfoque multidisciplinar, as diferentes tendências nas propostas de seu atendimento e/ou tratamento.

Marcada hoje, pelos avanços da tecnologia em busca de melhores recursos terapêuticos, as grandes áreas do conhecimento humano são ainda impotentes para desvendar os fenômenos que nos atingem em todos os níveis da vida.

Já são grandes, é verdade, as suas contribuições buscando consolidar, como por exemplo, na área do autismo; a etiologia, o diagnóstico e atendimento mais adequados às suas necessidades específicas.

De certa forma, porém, ainda é experimental!

O *I Congresso Nacional de Autismo* vem de encontro a estas inquietações objetivando um intercâmbio de experiências, não só no nível teórico, como abordando também o lado prático do processo, favorecendo a reflexão sobre as alternativas de atendimento no contexto científico, terapêutico, educacional.

Este evento acontece num momento que é percebido inclusive o entusiasmo e interesse dos profissionais sensíveis para trocarem suas experiências no campo e também um momento em que os pais se conscientizam da importância de assumirem a grande responsabilidade diante da luta pela conquista de espaço que seus filhos, por direito, têm junto aos diversos segmentos da sociedade.

O exemplo dessa conscientização está nos movimentos de formação de associações de pais, constituindo-se num poder de transformação de uma situação traumatizante estressante numa situação de interação e elaboração mais adequada em benefício de seus filhos agora mais presentes, aceitos e compreendidos.

Como presidente deste congresso, espero sinceramente, que estas trocas permitam o crescimento de todos para que cada vez mais o indivíduo autista seja beneficiado na sua evolução e ajustamento social.

Para isto, é indispensável também a sensibilização do poder público, aqui tão bem representado, através da colaboração que nos presta para permitir a realização deste evento, lembrando que no desenvolvimento de uma

nação, todas as minorias devem ser atendidas e respeitadas nas exigências de suas condições específicas.

É com grande alegria e esperança que declaro aberto o I Congresso Nacional de Autismo.

"Pronunciamento da Professora Magali de Fátima Roriz, Presidente da Associação Terapêutica Educacional para Crianças Autistas."

É com profunda alegria que me dirijo a todos, trazendo as nossas boas-vindas.

Em primeiro lugar como mãe, pedindo permissão para aqui representar todas as mães de crianças autistas e poder agradecer neste instante a Deus e aos nossos filhos por serem as causas de estarmos vivendo este momento tão significativo. E depois, como presidente da Asteca, trazendo em nome de toda diretoria o testemunho do entusiasmo e esperança que nos invadiu durante os preparativos deste evento, impulsionados, tenho certeza, por uma força maior e com a convicção de que estaríamos tentando atingir aquele autista que ainda permanece enclausurado pela falta de informação, aquele pai que vive o problema e não sabe onde buscar socorro, o profissional que anseia por ampliar e aperfeiçoar seus conhecimentos e a todas as associações de amigos de autistas que lutam pelo respeito e direitos dos seus filhos.

Foi marcante o carinho e a disponibilidade com que as pessoas se empenharam na realização deste congresso. Tentar enumerá-los seria correr o risco de omitir alguém, pois todos deixaram em nossos corações marcas profundas do seu empenho e sensibilidade pela causa. Desde aquele que contribuiu com uma significativa soma de valores, até o que simplesmente nos incoraça a levar avante este objetivo a que nos propomos, todos foram igualmente importantes.

Peço assim, que cada um receba o mais emocionado e sincero agradecimento pelo que representou na concretização de mais um passo dentro os objetivos das associações deste País, o qual certamente, deixará um saldo onde a soma de contribuições ajudará na conquista de uma compreensão mais justa e consciente em todos os envolvidos com a problemática do autismo.

País, médicos, psicólogos, educadores, enfim, os profissionais de todos os níveis e especialidades estarão temos certeza, mais inquietos depois das reflexões que aqui fazemos.

Brasília torna-se, de repente, o pólo de convergência e irradiação do diálogo, discussões, relatos, cujos resultados buscarão consolidar o direcionamento das atenções da pessoa autista, permitindo-lhes que usufruam de maneira digna, o seu direito à vida.

É aqui que se encontra a esperança e a alegria pela quase indefinição do desconhecido.

Esta a euforia de saudá-los na instalação do nosso congresso. Encarar juntos e procurar a simplicidade no trato humano, é possível que esteja aqui neste I Congresso Nacional de Autismo: que seja a síntese entre a ciência

e a fé; o momento para assumir posicionamentos, rever expectativas, renovar esperanças e aceitar melhor nossos filhos. Que uma postura de humildade, sem "donos da verdade", sem propostas únicas, envolva todos os participantes, num espírito de fraterno profissionalismo, para que a soma de todas as contribuições e lúcidas experiências nos liberte dos preconceitos e que possamos dizer: obrigado autista, por sua causa estamos todos aqui. Você é o grande catalisador deste encontro.

Você conseguiu unir este número tão significativo de pessoas no dia de hoje, você é a causa de todo sucesso deste evento; que você seja também o ponto de união dentro de cada família. Um obrigado muito especial ao nosso companheiro, que deu grande suporte em nossos lares e procurou compreender nossa luta e dedicação.

Que Deus esteja conosco para nos ajudar a encontrar o melhor carinho para "decifrar" você: esta incógnita, uma querida incógnita.

Lutaremos juntos para que, através das luzes do alto possamos atingir o seu sentimento mais profundo.

Que o céu de Brasília abrace carinhosamente a todos.

Bom trabalho e obrigada por atender nosso apelo."

"A Associação Terapêutica Educacional para Crianças Autistas — Asteca/DF promove o I Congresso Nacional de Autismo, objetivando um intercâmbio de experiências, tanto num nível teórico como prático, bem como, uma reflexão sobre as alternativas de atendimento no contexto científico, terapêutico e educacional.

SUA PRESENÇA, SUA OPINIÃO SUAS EXPERIÊNCIAS SÃO IMPRESCINDÍVEIS

Presidente de Honra: *D. Marly Sarney*
Patronesse: *Wesley Pelles Roriz*
Presidente do Congresso: *Ana Maria P. Berechff*

Comissão Organizadora:

Presidente: Magali de Fátima M. Roriz (Pres. da Asteca)
Secretária: Niusarete Margarida L. Campos (Sec. da Asteca)
Coordenadora: Deusina Lopes da Silva (Vice-Pres. da Asteca)
Componentes: Ana Maria Santana Marques, Jair Freitas Cordeiro e José Bráulio Brito

Assessoria de Imprensa:

Luiz Solano

Comissão Científica:

Coordenadora: Ana Maria P. Berechff (Psicóloga)

Componentes: Celiane Ferreira Secunho (psicóloga), Dr. Geraldo Arantes Jr. (psicanalista), Maria Júlia Kovács (psicóloga), Maria de Lourdes Canziani (pedagoga), Marisa Araújo Cordeiro (pedagoga) e Sônia Falcão Artacho (terapeuta ocupacional)

Apoio: Associação Brasileira de Autismo (ABRA)

PROGRAMA

Tema Central: AUTISMO, UMA
ABORDAGEM CLÍNICA E
PSICOPEDAGÓGICA

Subtemas:

— Critérios de diagnóstico

- . Tendências teóricas
- . Diagnóstico precoce
- . Diagnóstico diferencial
- . Aspectos neurológicos do autismo
- . Técnicas de avaliação

— Propostas de atendimento

- . Atendimento clínico multidisciplinar
- . Atendimento psicopedagógico
- . Orientação familiar
- . Terapêutica medicamentosa
- . Institucionalização
- . Alternativas

— Perspectivas e prognósticos

- . Pesquisas na área
- . Programas aplicados e respostas obtidas
- . Relatos de experiências (associações e instituições)
- . Relatos de experiências (profissionais)

CURSOS

(O horário não coincidirá com as demais programações)

1. A importância do diagnóstico precoce — *Prof. Carlos Arturo Molina-Loza* (psicólogo)
 2. A prática terapêutica no tratamento do autismo infantil — *Prof. Dr. José Raimundo Facion* (psicólogo/doutorado em psiq. infantil)
 3. A terapia ocupacional no atendimento com o autista — *Prof. Tereza Guerra* (terapeuta ocupacional)
 4. As bases psicanalíticas do trabalho com a criança autista (exclusivamente para profissionais) — *Prof. Dr. Izeldina de Barros* (psicanalista)
 5. O autismo e nossas emoções — *Prof. Dr. Christian Gauderer* (pediatra e psiquiatra)
 6. Orientação familiar (exclusivamente para profissionais) — *Prof. Dr. Ivan Capelatto* (psicanalista)
 7. Programa de atividades psicopedagógicas para a educação da criança autista — *Prof. Nylse Helena S. Cunha* (pedagoga)
 8. Quadros psicóticos da infância — *Prof. Dr. Francisco B. Assumpção* (psiquiatra)
 9. Reorganização neurológica aplicada ao autismo — *Prof. Beatriz Padovan* (fonoaudióloga)
 10. Tópicos em aquisição de linguagem: uma visão sócio-interacionista do desenvolvimento. — *Prof. Dr. Maria Fausta de Castro Campos* (psicolinguísta)
- Outros profissionais participarão, apresentando palestras, conferências e painéis.
- Abertura do Congresso: dia 16-3-1989 às 20 horas.
- Palestra Magna: "Autismo e a realidade brasileira" — *Prof. Dr. Stanislaw Krinsky* (psiquiatra)

ATIVIDADES

Manhãs:
 . cursos
 . sessões plenárias (mesa-redonda)
Tardes:
 . sessões paralelas (palestras, painéis, temas livres, filmes)
 . sessões plenárias (mesa-redonda e conferências)
 . cursos
Noites:
 . eventos adicionais — serão notificados durante o evento.

CONFERENCISTAS INTERNACIONAIS:

Dr. Demetrious Haracopos e Dr. Lennart Petersen, psicólogos, diretores da Sofieskolen (escola para crianças autistas na Dinamarca).

Dr. Georges Soleillet — Psicólogo da Association la Borquette — França."

"CT-ASTECA/89

Brasília (DF), 21 de fevereiro de 1989

Ilmº Sr.
 Lourival Baptista
 D.D. Senador

Prezado senhor,
 Servimo-nos da presente para informar a V. Sª que esta (Asteca) Associação Terapêutica Educacional para Crianças Autistas estará realizando no período de 16 a 19 de março do corrente ano, o I Congresso Nacional de Autismo.

O autismo é um distúrbio no comportamento, que se manifesta de maneira grave, durante toda a vida. Devido a complexidade do problema que cujo atendimento requer uma integração multidisciplinar, vem surgindo em todo o País as associações de pais, profissionais e amigos do autista que, cada vez mais presentes nas conquistas desta causa, estarão reunidas neste encontro nacional, o qual promoverá uma rica troca de experiências e completa atualização sobre o assunto, inclusive com abordagem de experiências de outros países.

É, pois, com enorme prazer, que convidamos V. Sª para compor a mesa de abertura deste I Congresso Nacional de Autismo, que acontecerá no Auditório Planalto do Centro de Convenções de Brasília/DF, às 20 horas, do dia 16 de março de 1989.

Agradecendo antecipadamente pela especial atenção, contamos com a importante presença de V. Sª para este lugar de honra do congresso.

No aguardo de vossa confirmação, subscrevemo-nos.

Cordialmente, — *Deusina Lopes da Silva*, Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) — Não há mais oradores inscritos.

Nada mais havendo a tratar, vou encerrar a presente sessão, designando para a sessão ordinária de amanhã a seguinte

ORDEM DO DIA

1

Veto Total

PROJETO DE LEI DO SENADO
 Nº 48, DE 1987-DF

Votação, em turno único, do veto total aposto ao Projeto de Lei do Senado nº 48, de 1987-DF, que introduz alterações no Código Tributário do Distrito Federal, instituído pelo Decreto-Lei nº 82, de 26 de dezembro de 1966, e dá outras providências. (Dependendo do relatório da Comissão do Distrito Federal.)

2

Veto Parcial

PROJETO DE LEI DO DF
 Nº 3, DE 1988

Votação, em turno único, do veto parcial aposto ao Projeto de Lei do DF nº 3, de 1988, que institui, no Distrito Federal, o Imposto sobre Vendas a Varejo de Combustíveis Líquidos e Gasosos, e dá outras providências. (Dependendo do relatório da Comissão do Distrito Federal.)

Parte vetada: parágrafo único do art. 6º

3

Veto Parcial

PROJETO DE LEI DO DF
 Nº 5, DE 1988

Votação, em turno único, do veto parcial aposto ao Projeto de Lei do DF nº 5, de 1988, que dispõe sobre os vencimentos dos conselheiros, auditores e membros do Ministério Público do Tribunal de Contas do Distrito Federal. (Dependendo do relatório da Comissão do Distrito Federal.)

Parte vetada: art. 4º

4

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 13, de 1985 (nº 3.413/80, na Casa de origem), que institui a obrigatoriedade de seguro, nos financiamentos de investimentos rurais, cobrindo o risco de morte ou invalidez permanente, tendo

PARECERES FAVORÁVEIS, sob nºs 1.052 e 1.053, de 1985, das Comissões:

— de Economia; e
 — de Finanças.

5

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 105, de 1985 (nº 2.569/76, na Casa de origem), que fixa a Capital da República como sede do Conselho Nacional de Desportos, tendo

PARECER FAVORÁVEL, sob nº 874, de 1985, da Comissão:
 de Educação e Cultura.

6

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 19, de 1985 (nº 2.789/83, na Casa de origem), que dá o nome de "Guarulhos" ao aeroporto em construção no município paulista do mesmo nome e determina outras providências, tendo

PARECER FAVORÁVEL, sob nº 403, de 1985, da Comissão
 — de Transportes, Comunicações e Obras Públicas.

(Dependendo da votação do Requerimento nº 42, de 1989, de autoria do Senador Leopoldo Peres, de adiamento da discussão por trinta dias.)

7

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 46, de 1984 (nº 615/79, na Casa de origem), que estabelece medidas para proteção das florestas existentes nas nascentes dos rios e dá outras providências, tendo

PARECERES, sob nºs 1.043 e 1.044, de 1985, das comissões:

— de Agricultura, favorável; e
 — de Finanças, favorável, com emendas que apresenta de nº 1 a 3 — CF.

O SR. PRESIDENTE (Nabor Júnior) — Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 16 horas e 20 minutos.)

(*) ATO DO PRESIDENTE
 Nº 1, DE 1989

O Presidente do Senado Federal, no uso de suas atribuições regimentais e considerando o disposto no Decreto Legislativo nº 72/88, bem como o disposto no § 1º do art. 3º e nos §§ 1º e 4º do art. 8º do Decreto-Lei nº 2.355, de 12 de junho de 1987, e o disposto no parágrafo 1º do art. 1º do Decreto-Lei nº 2.425, de 7 de abril de 1988, resolve *ad referendum* da Comissão Diretora:

Art. 1º Os valores do subsídio e representação dos Senadores da República fixados pelo Ato da Comissão Diretora nº 57, de 1988, ficam reajustados em 26,05% (vinte e seis vírgula zero cinco por cento), a partir de 1º de janeiro de 1989.

Art. 2º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, 2 de janeiro de 1989. — Senador Humberto Lucena, Presidente do Senado Federal.

(*) Republicado por haver saído com incorreção no DCN de 16-2-89.

ATO DO PRESIDENTE
 Nº 58, DE 1989

O Presidente do Senado Federal, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos

52, item 38, e 97, inciso IV, do Regimento Interno, em conformidade com a declaração de competência que lhe foi outorgada pelo Ato da Comissão Diretora nº 2, de 4 de abril de 1973, e tendo em vista o que consta do Processo nº 003.020/89-4 resolve aposentar, voluntariamente, Armando Affonso da Silva, Técnico em Comunicação Social, Classe "Especial", Referência NS-25, do Quadro Permanente do Senado Federal, nos termos do artigo 40, inciso III, alínea *a*, da Constituição da República Federativa do Brasil, combinado

com os artigos 428, inciso II, 429, inciso I, 430, incisos IV e V, e 414, § 4º, da Resolução SF nº 58, de 1972; artigo 3º da Resolução SF nº 13, de 1985; artigo 2º da Resolução SF nº 182, de 1987, e artigo 5º, da Resolução SF nº 155, de 1988, com proventos integrais, observado o disposto no artigo 37, inciso XI, da Constituição Federal.

Senado Federal, 21 de março de 1989. —
Senador Nelson Carneiro, Presidente.

PORTARIA Nº 7, de 1989

O Diretor-Geral do Senado Federal, no uso de sua competência regulamentar, resolve:

Designar o servidor José Aparecida Campos, para, no período compreendido entre 20 e 27 de março de 1989, em face de impedimento do titular da Subsecretaria de Administração Financeira, movimentar a conta aberta no Banco do Brasil S/A sob o nº 55556329-4 — Senado Federal.

Senado Federal, 20 de março de 1989. —
José Passos Porto, Diretor-Geral.